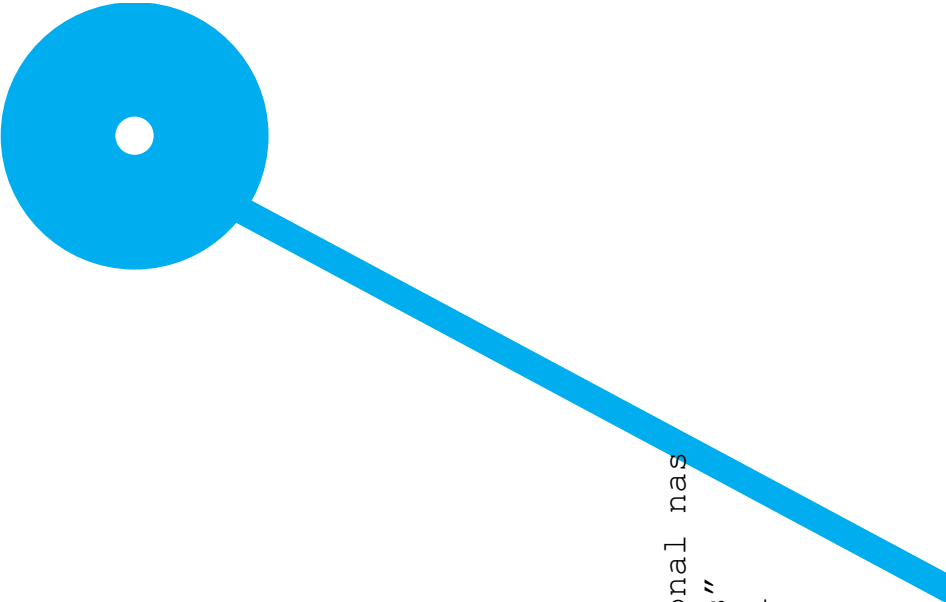


ESCOLA
SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
E GESTÃO
POLITÉCNICO
DO PORTO

P.PORTO

MESTRADO
GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

M



“ A Divulgação Institucional nas
Misericórdias Portuguesas”
Sandra Maria Pereira Lima

11/2017

Sandra Maria Pereira Lima. “ A Divulgação Institucional
nas Misericórdias Portuguesas”

P.PORTO

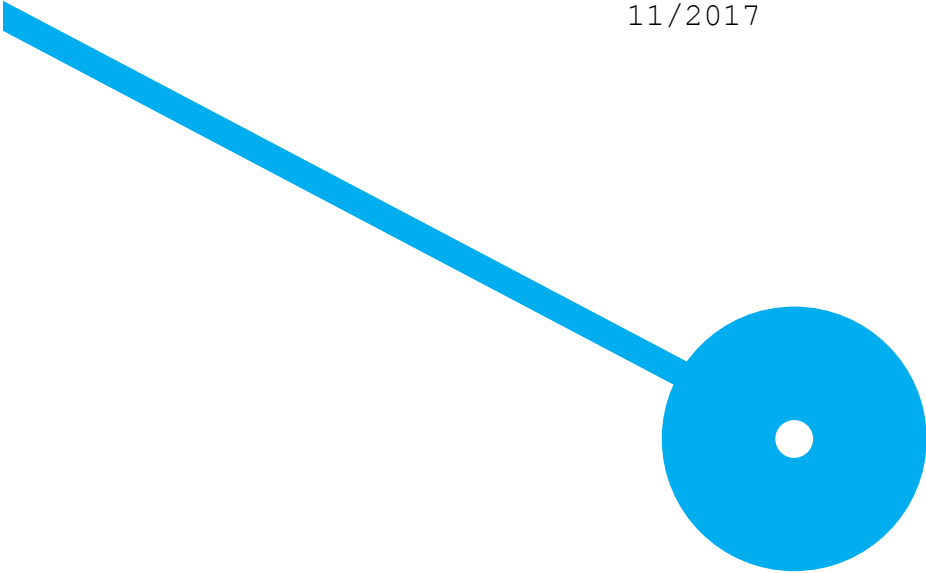
ESCOLA
SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
E GESTÃO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

MESTRADO
GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

“ A Divulgação
Institucional nas
Misericórdias
Portuguesas”
Sandra Maria Pereira Lima

11/2017



P.PORTO

“ A Divulgação Institucional nas Misericórdias Portuguesas”

Sandra Maria Pereira Lima

Mestrado em Gestão das Organizações do Terceiro Setor
Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico do Porto

Orientadora: Professora Doutora Amélia Oliveira Carvalho

Felgueiras, novembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Antes de mais quero agradecer aos meus pais. Pela educação que me deram, pela confiança que sempre depositaram em mim e amor incondicional, pelo apoio e paciência que tiveram comigo.

Agradeço às minhas irmãs que estiveram sempre presentes ao longo deste árduo percurso e que me apoiaram desde o início.

Não posso também deixar de agradecer a paciência que os meus sobrinhos tiveram comigo e, simultaneamente, pedir desculpa pela ausência e pouca atenção que lhes dei durante este trajeto.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho pelo apoio, incentivo, paciência e ajuda prestada.

Obviamente que nestes agradecimentos, teria que fazer uma referência a todos os amigos que me apoiaram, que não me deixaram desistir e aos que de alguma forma contribuíram para esta dissertação. Obrigado a todos pelos momentos inesquecíveis que me proporcionam e por fazerem parte da minha vida.

Agradeço ainda às minhas colegas de curso, que se tornaram amigas também, pela força e incentivo que me deram. Foram, sem dúvida, um grande suporte ao longo de todo o percurso.

Por fim, um último agradecimento, mas provavelmente um dos mais sentidos de todos é dirigido à minha orientadora, a Professora Doutora Amélia Oliveira Carvalho, pela disponibilidade demonstrada, pela paciência e pelas palavras de incentivo nas horas de desânimo e principalmente por acreditar no meu trabalho.

A todos o meu muito obrigado!

RESUMO

Dada a especificidade e importância das Organizações Sem Fins Lucrativos assiste-se a uma crescente procura de informação financeira e não financeira. Este trabalho pretende efetuar uma breve caracterização da Economia Social em Portugal, abordar a evolução das Misericórdias, enquanto Instituições Particulares de Solidariedade Social, e relevar o seu papel atual na sociedade Portuguesa.

A partir da revisão da literatura sobre divulgação de informação será efetuado o enquadramento teórico e serão abordadas as Teorias dos *Stakeholders* e Institucional, que fundamentarão a questão da divulgação institucional ao nível da *Web* e serão enunciados os principais indicadores de divulgação para formulação das hipóteses de estudo. Será também, proposto um índice de divulgação (*checklist*), que estará na base de comparação da informação divulgada pelas Misericórdias e a partir do qual será verificado o grau de cumprimento desse índice, numa análise de conteúdo quantitativa da informação *web* divulgada pelas Misericórdias Portuguesas.

Posteriormente, será verificado se efetivamente as hipóteses formuladas se verificam a partir da aplicação de testes estatísticos e consequente análise dos resultados de forma a responder à questão: Qual o tipo de divulgação da informação efetuada via *internet* e quais os fatores que influenciam as Misericórdias Portuguesas, na divulgação de informação via *internet*?

Palavras-Chave

Divulgação *Web*, Índice de Divulgação, Misericórdias Portuguesas, Organizações Sem Fins Lucrativos.

ABSTRACT

Given the specific nature and importance of nonprofit organizations there is a growing demand for financial and non-financial information. This work intends to perform a brief characterization of the Social economy in Portugal, addressing the evolution of mercies, while Private Institutions of Social Solidarity, and relieve their current role in the Portuguese society.

From the review of literature on disclosure of information shall be effected the theoretical framework and will address the stakeholder and institutional theories, which shall base the question of institutional disclosure at the level of the Web and will set out the main disclosure indicators for the formulation of hypotheses. Will be also proposed a disclosure index (checklist), which will be the basis for comparison of the information disclosed by the mercies and from which will be verified the degree of fulfillment of this index, a quantitative content analysis of web information disclosed by Portuguese Mercies.

Later, it will be checked whether the hypotheses formulated arise from the application of statistical tests and subsequent analysis of the results in order to answer the question : What type of dissemination of information carried out by internet and what factors influence the Portuguese Mercies, on disclosure of information by internet?

Keywords: Web Disclosure, Disclosure Index, Holy Houses of Mercy, Nonprofit Organizations.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE DE GRÁFICOS	viii
ÍNDICE DE QUADROS.....	viii
ÍNDICE DE TABELAS	ix
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	x
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1. Caracterização da Economia Social em Portugal	13
2.1.1. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	17
2.1.2. As Misericórdias em Portugal	21
2.2. A Divulgação Institucional	24
2.2.1. Enquadramento Teórico	24
2.2.1.1. Teoria Institucional.....	25
2.2.1.2. Teoria dos <i>Stakeholders</i>	27
2.2.2. Divulgação de Informação.....	28
2.2.3. Divulgação na <i>Internet</i>	29
2.2.4. Indicadores de Divulgação	32
2.2.5. A Divulgação nas Misericórdias em Portugal	36
CAPÍTULO 3 - PROBLEMA, QUESTÕES E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO	38
3.1. Problema e Questões de Investigação	38
3.2. Desenvolvimento das Hipóteses de Investigação	39
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO	40
4.1. Desenvolvimento do Índice de Divulgação Total	41

4.1.1. Índice de Divulgação Organizacional (IDO)	42
4.1.2. Índice de Divulgação de Recursos Humanos (IDRH)	43
4.1.3. Índice de Divulgação de Gestão (IDG)	43
4.1.4. Índice de Divulgação das Demonstrações Financeiras (IDDF)	44
4.1.4.1. Índice de Divulgação das Contas Anuais (IDCA)	44
4.1.5. Índice de Divulgação Total (IDT).....	45
4.2. Variáveis Independentes	46
4.2.1. Dimensão.....	46
4.2.2. Idade.....	46
4.2.3. Certificação de Contas.....	46
4.3. Recolha e tratamento de dados	47
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
5.1. Caracterização da amostra.....	48
5.2. Estatística Descritiva dos dados	52
5.3. Correlações.....	56
5.4. Teste “t”	58
5.5. Modelo de Regressão Linear Múltipla	60
5.6. Discussão das Hipóteses.....	65
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS.....	69
6.1. Conclusões.....	69
6.2. Limitações do Estudo	72
6.3. Linhas Futuras de Investigação	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
SITES CONSULTADOS.....	81
APÊNDICES	82
Apêndice I – IDT e Autores de Referência.....	83

Apêndice II - Estatística Descritiva dos Itens que compõem o DI	86
Apêndice III – Tabelas de Frequência dos Itens que compõem o DI	88
Apêndice IV - Correlações de <i>Pearson</i> entre as variáveis	96
Apêndice V - Teste "t " para a Variável Certificação de Contas	97

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentagens de MP com e sem <i>Síte</i> Institucional.....	48
---	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Os <i>Stakeholders</i> das OSFL	28
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Principais Indicadores por Grupos de Entidades - 2013.....	16
Tabela 2- Vantagens e riscos da divulgação de informação na <i>Internet</i>	32
Tabela 3 – Itens que compõem o IDO	42
Tabela 4 – Itens que compõem o IDRH	43
Tabela 5 – Itens que compõem o IDG	43
Tabela 6 – Itens que compõem o IDDF	44
Tabela 7 – Itens que compõem o IDCA	45
Tabela 8 – Distribuição das MP por Distrito.....	49
Tabela 9 – N.º de MP por Distrito e Escalão Etário	50
Tabela 10 – N.º de MP com e sem Certificação de Contas	51
Tabela 11 – Distribuição das MP por Área de Atividade.....	52
Tabela 12 – Estatística Descritiva dos Índices de Divulgação.....	54
Tabela 13 – Estatística Descritiva das Variáveis Independentes.....	55
Tabela 14 - Coeficiente de Correlação de <i>Pearson</i> (r) para a Variável Dimensão e os Índices...	57
Tabela 15 - Coeficiente de Correlação de <i>Pearson</i> (r) para a variável Idade e os Índices	58
Tabela 16 - Diferença de grupos para Certificação de Contas entre Tem e Não tem.....	59
Tabela 17 – Resumo do Apuramento da Regressão Linear para a Variável IDT e as Variáveis Independentes	61
Tabela 18 - ANOVA Representativa do Ajustamento do Modelo do Apuramento da Regressão Linear das Variáveis Independentes para o IDT	62
Tabela 19 - ANOVA Representativa dos Coeficientes (beta) das Variáveis em Estudo.	63

SIGLAS E ABREVIATURAS

Art.º - Artigo

DF – Demonstrações Financeiras

DI - *Disclosure Index*

DR – Demonstração de Resultados

EIPSS – Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo

Etc. - *Et cetera* (e outras coisas)

IDO - Índice de Divulgação Operacional

IDRH - Índice de Divulgação de Recursos Humanos

IDDF - Índice de Divulgação das Demonstrações Financeiras

IDG - Índice de Divulgação de Gestão

IDCA - Índice de Divulgação das Contas Anuais

IDT – Índice de Divulgação Total

IFR - *Internet Financial Reporting*

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

MP – Misericórdias Portuguesas

NCRF-ESNL - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo

N.º - Número

OCIP - Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social

OSFL – Organizações Sem Fins Lucrativos

RH – Recursos Humanos

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNC – ESNL – Sistema de Normalização Contabilística - Entidades do Setor Não Lucrativo

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VIF – *Variance Inflation Factor*

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

As Misericórdias há mais de cinco séculos que, na sua prática diária, exercem a solidariedade através dos vários projetos sociais que desenvolvem. Já não estamos apenas no campo da caridade mas sim num patamar bem diferente e muito mais abrangente. Elas pertencem ao chamado terceiro setor e enquanto Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm um papel relevante de “utilidade pública” para a sociedade portuguesa. São instituições que assumiram um papel de cooperação com o Estado e prestam serviços sociais essenciais à comunidade onde se encontram inseridas. Ao assumirem esta relação de cooperação com o Estado tornam-se, simultaneamente, dependentes do seu financiamento para garantir a prestação dos serviços sociais de “utilidade pública”.

O Estado exerce um papel primordial na divulgação de informação por parte das Misericórdias. Por um lado, pelo papel normativo e coercivo que exerce através dos regulamentos e normas, por outro lado, enquanto financiador das Misericórdias é um dos principais *stakeholders*, até porque detém a tutela das Misericórdias, ou seja elas prestam contas à Segurança Social. Esta prestação de contas é efetuada via *internet*.

Para avaliarmos o grau de divulgação das Misericórdias será desenvolvido um índice de divulgação que enumerará os principais indicadores financeiros e de *performance* que devem ser divulgados e que, ao mesmo tempo, sirva de guia orientador aos diversos *stakeholders* e aos próprios órgãos de gestão. O estudo centra-se concretamente nas Misericórdias que possuem páginas *web* institucionais e na informação aí divulgada de índole quantitativa e qualitativa, para além da informação contida nas demonstrações financeiras e que as mesmas devem divulgar. Outra vertente de análise que pretendemos indagar está relacionada com os fatores que podem influenciar a divulgação de informação destas organizações. Sabemos que a informação que é obrigatória não é suficiente para o *accountability* aos *stakeholders*, e por isso, a informação que tem caris voluntário, quantitativo ou qualitativo, tal como nos indica o estado da arte em matéria de divulgação institucional, tem um papel muito seminal na imagem e no retorno que os diversos *stakeholders* têm das Misericórdias.

Atualmente, a *internet* constitui-se o principal veículo de divulgação de informação. As Misericórdias Portuguesas (MP) não são exceção. Através da análise aos *sites* institucionais de cada MP espera-se perceber se utilizam a *internet* como ferramenta de divulgação, se divulgam informação financeira e de *performance* e quais os principais fatores influenciadores dessa divulgação.

Torna-se, então, premente efetuar um estudo sobre as mesmas e aprofundar a questão da divulgação institucional que, de forma voluntária ou por imposições legais, elas devem efetuar.

Esta dissertação é composta, para além desta introdução, por mais 6 capítulos.

No capítulo 2, efetuamos o enquadramento das MP, enquanto IPPS, na economia social Portuguesa, bem como o enquadramento teórico com base na revisão da literatura relacionada com o tema: divulgação de informação via *internet*. São referenciadas as teorias associadas à divulgação da informação, nomeadamente, a teoria institucional e a teoria dos *stakeholders* e, descrevemos como são calculados os índices de divulgação utilizados com o objetivo de medir o nível de divulgação.

No capítulo 3 formulamos o problema, colocamos as questões de investigação e definimos as hipóteses de investigação.

No capítulo 4 descrevemos a metodologia adotada, incluindo a descrição da recolha dos dados, a descrição e apresentação da forma de cálculo das variáveis e os métodos utilizados para testar as hipóteses.

No capítulo 5 apresentamos os resultados e fazemos a sua interpretação e, finalmente, no capítulo 6 apresentamos as conclusões, as limitações do estudo e algumas propostas de trabalho futuro.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Caracterização da Economia Social em Portugal

Para Wieczynski (2003) as organizações que não pertencem ao Estado, nem ao setor privado, são consideradas organizações do terceiro setor. Portanto, as organizações do terceiro setor não pertencem ao aparelho burocrático do Estado, muito menos ao conjunto de empresas privadas e demais instituições que compõem a economia de mercado. É interessante notar que, em cada país, há diferentes denominações para estas organizações, como “terceiro setor”, “setor não lucrativo”, “economia social e solidária” e tantas outras expressões. Nos Estados Unidos é também utilizada a expressão terceiro setor, no qual se encontram as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) e as organizações voluntárias em geral. Na Europa continental veicula-se mais a expressão “organizações não-governamentais”. Em França são conhecidas como economia social (Almeida, 2010).

O termo Economia Social corresponde à dinâmica gerada por um conjunto de organizações cuja atividade e sentido de existência reside, sobretudo, nas pessoas e na utilidade social e tem sido alvo de esforços crescentes de documentação e estudo, ao nível nacional e internacional, nomeadamente o Projeto Comparativo do Setor Não Lucrativo da Universidade John Hopkins (CNSP) que avança com uma definição atendendo às características estruturais das OSFL.

Apesar da inexistência de uma definição única para economia social, a definição operacional proposta por Campos e Ávila (1995), no Relatório *The Social Economy in the European Union*, é a de que a Economia Social é um conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotas de cada um, correspondendo a cada membro um voto. O mesmo autor defende ainda que, a economia social agrupa também as entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam.

Esta definição centra-se na análise do comportamento dos atores da economia social, assim como na procura de semelhanças e diferenças entre os próprios atores e entre estes e os outros agentes económicos.

Campos e Ávila (1995) referem ainda que, do conceito anterior de economia social, é possível resumir as principais características da seguinte forma:

- São entidades privadas;
- Têm personalidade jurídica;
- Têm autonomia de decisão;
- A atividade económica desenvolvida visa a satisfação de necessidades de pessoas e famílias;
- São organizações de utilidade social.

Da análise retirada sobre esta tipologia de setor constatamos que todas têm em comum o sentido do objetivo principal não ser o lucro. O art.º 82º da Constituição da República Portuguesa, refere a existência de três setores de propriedade dos meios de produção: o setor privado, o setor público e o “setor cooperativo e social”. A economia social, ao incluir entidades tão heterogéneas como Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, Fundações e Associações, está equiparada a este “setor cooperativo e social”. Por seu lado, o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março refere que as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) “(...) apresentam três características básicas distintivas relativamente às entidades com finalidades lucrativas:

- i. O seu financiamento pode resultar do seu próprio património ou de recursos atribuídos por pessoas singulares ou coletivas. Em caso algum os recursos atribuídos estão sujeitos ou condicionados a contraprestações derivadas da obtenção de benefícios por parte da entidade;
- ii. Respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços, o que se traduz numa interpretação não económica do conceito «benefício»;
- iii. Ausência de títulos de propriedade - controlo que possam ser comprados, cedidos, trocados ou de que se espere algum tipo de contraprestação económica no caso de a entidade cessar as suas atividades e ser objeto de liquidação.”

Numa outra perspetiva a Lei n.º 30/2013, de 8 de maio - Lei de Bases da Economia Social - entende a economia social como o conjunto das atividades económico-sociais, que têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, levadas a cabo pelas seguintes entidades:

- Misericórdias;
- Cooperativas;
- Fundações;
- Associações Mutualistas;
- As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;
- As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.

O art.º 5.º da referida Lei n.º 30/2013, de 8 de maio refere que “as entidades da economia social são autónomas e atuam no âmbito das suas atividades de acordo com os seguintes princípios orientadores:

- a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- b) A adesão e participação livre e voluntária;
- c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
- f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
- g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da

distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.”

O art.º 6.º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio (Lei de Bases da Economia Social) refere que “Compete ao Governo elaborar, publicar e manter atualizada em sítio próprio a base de dados permanente das entidades da economia social” e que “Deve ainda ser assegurada a criação e a manutenção de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional.”

De acordo com a Conta Satélite 2013¹, “em 2013 a Economia Social representou 2,8% do VAB nacional, 5,2% do emprego total e 6,0% do emprego remunerado. As remunerações pagas pela Economia Social constituíram 5,2% do total das remunerações, correspondendo a remuneração média neste setor a 86,4% da remuneração média no conjunto da Economia. No âmbito da Conta Satélite da Economia Social foram identificadas cerca de 61 mil entidades, distribuídas por um conjunto diversificado de atividades, de entre as quais se destacavam a Cultura, desporto e recreio (50,7%), seguindo-se a Ação e segurança social (15,6%). Por sua vez, a Ação e segurança social destacava-se em termos de VAB (44,7%), Remunerações (44,6%) e Emprego remunerado (54,6%).”

Tabela 1- Principais Indicadores por Grupos de Entidades - 2013

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 ³ Euros	10 ³ Euros	10 ³ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 117	24.316	489.523	564.425	20,1	23,2
Associações Mutualistas	111	4.896	352.181	216.450	71,9	44,2
Misericórdias	389	35.469	541.225	477.477	15,3	13,5
Fundações	578	10.871	250.851	236.313	23,1	21,7
Associações com Fins Altruísticos (ACFA)	57.196	140.050	2.566.262	2.472.256	18,3	17,7
Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA)	877	361	6.437	6.198	17,8	17,2
Economia Social	61.268	215.963	4.206.479	3.973.119	19,5	18,4
Economia Nacional	-	3.582.077	149.768.414	76.279.908	41,8	21,3
Economia Social / Economia Nacional	-	6,0%	2,8%	5,2%	46,6%	86,4%

Fonte: Conta Satélite da Economia Social, 2013

Ao analisarmos os grupos de entidades da Economia Social constantes na Conta Satélite da Economia Social 2013, “das cerca de 61 mil unidades consideradas, as Associações com Fins Altruísticos (ACFA) representavam 93,4% do total, sendo responsáveis por 61,0% do VAB, 64,8% do emprego remunerado (ETC- equivalente a tempo completo) e 62,2% das

¹ Informação obtida em http://www.cases.pt/wp-content/uploads/2016/12/Destaque_Conta_Satelite_da_Economia_Social.pdf, em 27/12/2016.

remunerações. As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da economia social com maior peso relativo, em termos do número de unidades e de remunerações, enquanto as Misericórdias foram o segundo grupo mais relevante em termos de VAB e emprego remunerado. Por seu turno, as Associações Mutualistas foram as entidades que apresentaram o VAB gerado por emprego remunerado e a remuneração média mais elevados, com valores acima da média nacional em ambos os casos”.

Daqui retira-se se então que, efetivamente a “economia social” Portuguesa contribui para a criação de emprego nacional e que, em termos de emprego remunerado representa 6% do total nacional e que tem importância no quadro das contas nacionais. Travaglini (2008) refere ainda que o papel da economia social é também amplamente reconhecido pela Comissão e Parlamento Europeu, que atribuem às OSFL, a capacidade de promover o desenvolvimento e integração dos cidadãos da UE em atividades relevantes para as sociedades dos Estados-Membros.

2.1.1. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

A Lei n.º 2120, de 19 de julho de 1963 instituiu as Instituições Particulares de Assistência, que eram consideradas Pessoas Coletivas de Utilidade Pública Administrativa e assumiam as formas de Associações de Beneficentes e Institutos de Assistência ou Institutos de Utilidade Local. Foi com a Constituição de 1976 que surgiu pela primeira vez o termo que hoje usamos - IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social.

As IPSS desenvolvem a sua atividade ao abrigo da Constituição da República Portuguesa (art.º 63.º) e estão, ainda, preconizadas legalmente no Estatuto Jurídico das Instituições Particulares de Solidariedade Social (Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro), que contém a regulamentação global das IPSS que se proponham à resolução de carências sociais.

O Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro refere que “são instituições particulares de solidariedade social (...) as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”

Ainda de acordo com o art.º 1.º do referido Decreto-lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro as IPSS são constituídas “para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:

- a) Apoio a crianças e jovens;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio à integração social e comunitária;
- d) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- e) Promoção e proteção na saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- f) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- g) Resolução dos problemas habitacionais das populações.”

Segundo o art.º 4.º do Estatuto das IPSS, o Estado (concretamente a Segurança Social) apoia, coopera e tutela as instituições no cumprimento da efetivação dos direitos sociais, no entanto, esta ligação/colaboração não pode constituir limitação ao direito de livre atuação das IPSS, ou seja, não pode colocar em causa a autonomia das mesmas. Assim, as IPSS servem os seus beneficiários.

De acordo com o Guia Prático da constituição das IPSS do Instituto da Segurança Social, I.P (2014)² as IPSS podem ser :

De natureza associativa:

- As associações de solidariedade social (e que não revestem qualquer das formas das associações a seguir indicadas);
- As associações de socorros mútuos ou associações mutualistas;
- As associações de voluntários de ação social;
- As irmandades da misericórdia.

² Informação obtida em http://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss, em 27/12/2016.

De natureza fundacional:

- Os centros sociais paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas, sujeitos ao regime das fundações de solidariedade social (art.º 40.º do EIPSS);
- As fundações de solidariedade social.

Ainda de acordo com o Guia Prático da constituição das IPSS do Instituto da Segurança Social, I.P (2014) as “(...) **Associações** - constituem-se por escritura pública, através da qual adquirem personalidade jurídica (Associação na hora);

Fundações - podem-se constituir por uma de duas formas: Por ato entre vivos, através de escritura pública do ato de instituição; Por testamento ou “*mortis causa*” - As fundações, qualquer que seja a forma como se constituem, só adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, da competência do ministro da tutela, que pressupõe, nomeadamente, a verificação da suficiência do património afetado à realização dos seus fins.

Associações e Fundações da Igreja Católica - são criadas canonicamente pelo bispo da diocese da sua sede, adquirindo personalidade jurídica civil pela simples participação escrita de respetiva constituição aos Centros Distritais de Segurança Social da área da sede das IPSS, quando prossigam fins de ação social/segurança social.”

O agrupamento das IPSS pode ser por:

- Uniões;
- Federações;
- Confederações.

De acordo com o mesmo Guia Prático da constituição das IPSS da Segurança Social (2014), “relativamente ao modo de constituição, as IPSS, adquirem personalidade jurídica no ato de constituição, do qual deve constar a escritura pública (exceção para as instituições canonicamente eretas) que deverá especificar: as quotas, donativos ou serviços com que os associados concorrem para o património social; a denominação, fim e sede da pessoa coletiva; a sua forma de funcionamento; a duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado, resultando daí, por parte do Estado, a atribuição de benefícios (isenções fiscais, apoios financeiros) e encargos (prestação de contas, obrigação de cooperação com a Administração Pública).

Os estatutos das instituições devem respeitar as disposições do Estatuto das IPSS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, contendo obrigatoriamente as matérias referidas no n.º 2 do art.º 10.º:

- Denominação;
- Sede e âmbito de ação;
- Fins e atividades da instituição (quando prossigam fins de diversa natureza deverão mencionar nos estatutos aqueles que consideram como fins principais);
- Denominação, composição e competência dos corpos gerentes;
- Forma de designar os respetivos membros;
- Regime financeiro.

Desde que legalmente constituídas, as IPSS, devem/podem requerer o seu registo junto dos serviços competentes para a respetiva tutela, passando a ser consideradas como pessoas coletivas de utilidade pública, cuja competência para o registo é da responsabilidade da Direção-Geral da Segurança Social.”

Segundo o Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro e o Decreto-Lei nº 151/99, de 14 de setembro, são pessoas coletivas de utilidade pública as associações, fundações ou certas cooperativas, que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a Administração Local, em termos de merecerem da parte desta Administração a declaração de utilidade pública.

O pedido de declaração de utilidade pública é apresentado por via eletrónica e é dirigido ao primeiro-ministro. No entanto, essa competência está atualmente delegada no secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. Depois de aceite, a decisão é publicada em Diário da República.

O estatuto de Utilidade Pública é uma das formas legalmente consagradas na Lei de apoio ao Associativismo. Este estatuto é atribuído pelo Governo e reconhece às instituições abrangidas algumas regalias e isenções. De acordo com os Decretos-Lei nº 460/77, de 7 de novembro, e nº 151/99, de 14 de setembro, estas organizações gozam das seguintes regalias e isenções fiscais: Isenção no Imposto do Selo; Isenção no Imposto sobre as Sucessões e Doações relativo à Transmissão de Imóveis; Isenção no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC); Isenção no Imposto Sobre Veículos/Imposto Único de Circulação; Isenção das taxas de

televisão e rádio; Sujeição à tarifa aplicável aos consumos domésticos de energia elétrica; Isenção das taxas previstas na legislação sobre espetáculos e divertimentos públicos; Publicação gratuita das alterações dos estatutos nos termos legalmente previstos para os atos das sociedades comerciais.

Além das regalias, as instituições com o estatuto de Utilidade Pública têm como deveres: Enviar, todos os anos, à Presidência do Conselho de Ministros o relatório e as contas dos exercícios findos; Prestar todas as informações solicitadas pelas entidades oficiais ou organismos que estejam, hierarquicamente, acima da organização; Colaborar com o Estado e com o poder local na prestação de serviços e na disponibilização das suas instalações para a realização de atividades; Abster-se de utilizar o seu estatuto para realizar atividades suscetíveis de reduzir a capacidade competitiva dos demais agentes económicos.

2.1.2. As Misericórdias em Portugal

As Santas Casa da Misericórdia estão entre as mais antigas organizações sem fins lucrativos existentes em Portugal (Andrade & Franco, 2007). Historicamente, a atividade destas instituições é muito antiga, remontando aos finais do séc. XV. De acordo com a informação constante no *site* da União das Misericórdias Portuguesas³ “A primeira Misericórdia em Portugal, a de Lisboa, foi fundada pela rainha D. Leonor, viúva de D. João II. As outras foram criadas por impulso do rei D. Manuel I e pela congregação de vontades das gentes de cada localidade. A expansão das Misericórdias por todo o reino inseriu-se num esforço da Coroa em organizar a assistência. A origem destas instituições integrava-se ainda nas novas formas de espiritualidade e devoção que chamavam os leigos a viver a sua fé.

As principais razões da fundação e rápida expansão das Misericórdias Portuguesas logo no século XVI são, em síntese, de ordem espiritual, porque os leigos aplicavam e viviam a sua doutrina, e de Estado, pois foi uma forma de afirmação do poder régio ao controlar e tornar muito mais eficaz a assistência.

As Misericórdias Portuguesas não eram nem são equivalentes às instituições homónimas italianas (as mais antigas) ou espanholas, pois nesses países nunca pretenderam praticar todas

³ Informação obtida em http://www.ump.pt/files/files/AF_ONLINE_v2.pdf, em 11/12/2016.

as obras de misericórdia, mas apenas uma ou duas. A originalidade das Misericórdias portuguesas prende-se, por isso, à prática das 14⁴ obras de misericórdia (...).”

Para Andrade & Franco (2007) “A taxa de criação de novas misericórdias foi particularmente alta nos séculos XVI e XX. Dedicadas ao cumprimento das obras de misericórdia, estas Santas Casas perderam a gestão dos seus hospitais em 1975, pelo Decreto-Lei n.º 618/75, de 11 de novembro de 1975, tendo os seus hospitais sido integrados na rede pública de saúde. Em 1980 um diploma legal permitiu o pagamento de compensações financeiras às Misericórdias para compensar as perdas causadas, e em 1981 uma nova lei permitiu a devolução dos hospitais às Misericórdias numa base caso a caso.”

De acordo com a informação recolhida no *site* da Misericórdia de Mogadouro⁵ “Uma Misericórdia é uma Irmandade (associação ou congregação) de leigos, animados pela mesma fé e unidos pelos mesmos objetivos de testemunharem em colegialidade uma caridade fraternalista, constituindo uma presença e uma força de esperança junto de todos os que precisam. “Misericórdia” conforme o expressa a própria palavra na sua decomposição literal “Miseris + cor + dare” ou seja: Ter lugar no coração para todos os que são vítimas de qualquer forma de miséria. Ou “dar o coração às vítimas de qualquer miséria”, sem discriminação alguma nem exclusão de qualquer natureza”. De acordo com a mesma fonte os estatutos das Misericórdias denominam-se “Compromissos”. O Compromisso é então o texto fundamental e estatutário das Misericórdias.

As Misericórdias têm estatuto de IPSS mas com duas vertentes bem específicas, que as tornam numa instituição de “fronteira” e de convergência entre a Igreja e o Estado, merecendo de ambos o estatuto jurídico. Estas duas vertentes são explicadas por um lado, sendo Irmandades, no sentido mais histórico e tradicional, com objetivos definidamente religiosos, dispõem de um estatuto canónico, cuja aprovação quando revisto e atualizado, estará confiada tutela à Igreja, para uma garantia de fidelidade de doutrina e disciplina canónica; por outro lado, como instituições de solidariedade social, têm objetivos assistenciais específicos, tocando com a esfera de ação social dependente ou (e) apoiada pelo Estado, reconhecendo-as

⁴ “ (...) **Obras corporais:** Dar de comer a quem tem fome; Dar de beber a quem tem sede; Vestir os nus; Acolher os errantes; Visitar os doentes; Remir os cativos; Sepultar os mortos.

Obras espirituais: Dar bom conselho a quem pede; Ensinar os ignorantes; Corrigir os que erram; Consolar os que estão tristes; Perdoar as injúrias; Suportar com paciência as fraquezas do próximo; Rogar a Deus pelos vivos e pelos defuntos.”

⁵ Informação obtida em <http://misericordiamogadouro.com/historia-das-misericordias/>, em 11/12/2016.

como tais, verdadeiras instituições de “utilidade pública”, de colaboração e complementaridade, concretizada na celebração de acordos de cooperação.

Na formulação jurídica atual, as designadas “Irmandades da Misericórdia” ou “Santas Casas da Misericórdia” são “associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristãs”, podendo ser admitidos como associados os indivíduos que se comprometam a colaborar na prossecução dos seus objetivos, “(...) com respeito pelo espírito próprio que as informa” (Estatuto das IPSS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25/02).

De acordo com o art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25/02 as Misericórdias, como IPSS, registadas nos termos da lei adquirem automaticamente a natureza de pessoas coletivas de utilidade pública, com dispensa das demais obrigações previstas no respetivo regime.

Atualmente, as Misericórdias mantêm-se ativas em Portugal, com fortes ligações ao Estado (a Misericórdia de Lisboa, a maior de todas e detentora de inúmeras prerrogativas a nível nacional, passou a ser instituição do Estado em 1919), mas com uma margem de atuação muito própria e com orientações autónomas.

Entre as atividades que desenvolvem salientam-se, entre outras, o apoio a idosos e à infância, com a concomitante prestação de cuidados de saúde e de educação, bem como o combate à pobreza, estando a seu cargo a gestão de diversos equipamentos, como lares, centros de dia, hospitais, creches e infantários.

Em 2013, de acordo com a Conta Satélite da Economia Social, “as Misericórdias abrangeram 389 unidades, das quais 93,8% desenvolviam a sua atividade na Ação e segurança social, que constituiu igualmente a atividade mais representativa em termos de VAB (86,8% do total). A Saúde e bem-estar foi a segunda atividade mais representativa, com um contributo de 11,9% para o total de VAB das Misericórdias.”

A estrutura representativa das Misericórdias Portuguesas (MP) é a União das Misericórdias Portuguesas (UMP). Segundo dados da UMP existem atualmente, 387 Misericórdias Ativas e 80 inativas⁶ em Portugal. O apoio prestado à comunidade assenta essencialmente em duas áreas: apoio social e cuidados de saúde. Segundo a mesma fonte, por dia, as Misericórdias apoiam cerca de 150 mil pessoas em todo o território nacional e, para o efeito, contam com mais de 42 mil colaboradores diretos. São 462 estruturas residenciais para pessoas idosas, 420

⁶ Informação obtida em http://www.ump.pt/files/files/AF_ONLINE_v2.pdf, em 11/12/2016.

serviços de apoio domiciliário, 315 creches, 262 pré-escolares, 23 hospitais, 112 unidades de cuidados continuados, entre muitos outros equipamentos.

2.2. A Divulgação Institucional

2.2.1. Enquadramento Teórico

O mundo das organizações sem fins lucrativos, filantropia e empresas sociais tem estado preocupado com dois mantras poderosos nos últimos anos. Desde o início da década de 1990, o refrão de "*accountability*" tem sido ascendente, com os financiadores, os contribuintes, cidadãos preocupados e clientes exigentes de que as organizações sem fins lucrativos fossem mais transparentes sobre a sua captação de recursos e sobre os gastos, como são governados, e o que conseguiram com os recursos que lhes são confiados. Uma manifestação mais recente deste discurso tem-se centrado sobre o mantra do "impacto", na resolução de problemas sociais complexos, tais como a pobreza e a desigualdade. Esta atenção ao impacto, seguindo na esteira de responsabilização, é impulsionada principalmente pelos financiadores que querem saber se os seus fundos fazem a diferença, ou se podem ser melhor gastos em outros lugares/projetos. (Ebrahim & Rangan, 2014).

O objetivo das instituições com fins lucrativos é indiscutivelmente a maximização do lucro. As organizações sem fins lucrativos competem por recursos, portanto também têm incentivos económicos semelhantes às empresas (Behn, Devries, & Lin, 2010). Para gerar os recursos financeiros, é importante que uma organização comunique as informações adequadas sobre as suas operações para que os potenciais *stakeholders* procedam à tomada de decisões.

Neste sentido têm sido desenvolvidas teorias de divulgação, na literatura, para explicar as razões por trás da decisão de divulgar mais informações (Urquiza, Navarro, Trombetta, & Lara, 2010). A teoria institucional sugere que as divulgações fazem parte de um processo de isomorfismo (DiMaggio & Powell, 1983). Tornando-se isomórficas com o ambiente aumentam a própria legitimidade, e então o comportamento da organização será, provavelmente, menos desafiado e questionado. Por outro lado a teoria dos *stakeholders* oferece uma explicação sobre a prestação de contas às partes interessadas (Van Der Laan, 2009). Além disso, Eljido-Ten (2007) refere que em contraste com a teoria institucional onde as normas são impostas às empresas, a teoria dos *stakeholders* pressupõe que as organizações têm a capacidade de influenciar não só a sociedade em geral mas os seus diversos *stakeholders* em particular.

2.2.1.1. Teoria Institucional

DiMaggio e Powell (1983) argumentam que as organizações que enfrentam forças ambientais semelhantes vão adotar estruturas organizacionais semelhantes, desta forma a teoria institucional fornece uma visão rica e complexa das organizações e constitui um resultado de convergência de teorias na área da ciência política, ciência social, e da economia – indica que as organizações são influenciadas por orientações coletivamente compartilhadas, e a sua sobrevivência depende da legitimidade alcançada no ambiente por essa convergência.

A teoria institucional adota uma perspectiva sociológica para explicar o comportamento das estruturas organizacionais. Chama a atenção para os fatores sociais e culturais que influenciam a tomada de decisão organizacional (Dunn, 2010). Nesta teoria, as organizações são influenciadas por pressões normativas, às vezes provenientes de fontes externas, tais como o Estado, outras vezes decorrentes de dentro da própria organização. Sob certas condições, essas pressões levam as organizações a terem comportamentos similares, conduzindo ao isomorfismo, ou seja, similaridade de forma e estrutura com o ambiente institucional (Zucker, 1987).

Grande parte da literatura institucional (DiMaggio & Powell, 1983; Dunn, 2010; Whittaker, 2013; Zucker, 1987) enfatiza que os processos e estruturas organizacionais tendem a tornarem-se isomórficas com as normas aceites por organizações de tipos específicos. Estas competem não apenas por recursos e clientes, mas também por poder político e legitimidade institucional, bem como aptidão económica, e existem três mecanismos de mudança institucional isomórfica: isomorfismo coercivo, isomorfismo mimético e isomorfismo normativo. O isomorfismo coercivo deriva de influências políticas e do problema de legitimidade. Resulta tanto de pressões formais quanto de pressões informais exercidas por outras organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam. Tais pressões podem ser sentidas como coerção, como persuasão, ou como um convite para se unirem em conluio. O isomorfismo mimético surge quando, para se manter legitimada quando a incerteza permeia o ambiente ou quando os objetivos organizacionais não estão bem claros, uma organização tende a se moldar a outra organização. Nestes casos “seguir o líder” passa a ser a melhor, mais barata ou às vezes a única estratégia para que a organização alcance a sobrevivência no ambiente. Esta forma de isomorfismo também ocorre quando existe uma forte pressão dos consumidores para fornecer produtos e serviços específicos oferecidos por outra organização, o que gera a necessidade de adaptação

mimética de forma a atender a esta necessidade específica do ambiente. O isomorfismo normativo deriva da luta coletiva de uma classe profissional em definir condições, métodos e práticas comuns no exercício da sua ocupação, através da partilha de normas e conhecimentos com outros indivíduos, e que por isto gera uma similaridade entre as organizações. Quanto mais similares forem as atividades entre as organizações num ambiente e maior for a interação entre os profissionais da mesma atividade, a atuar em organizações distintas, mais isomorfismo normativo ocorre neste ambiente. Pode também, em muitos casos, ocorrer fixação das normas profissionais pelo Estado, institucionalizando as práticas profissionais e com isto gerando isomorfismo (DiMaggio & Powell, 1983).

Para Dagilienè (2014), de acordo com a teoria institucional, existem os seguintes fatores externos do ambiente social e económico, com impacto sobre o desempenho da organização:

- Fatores de carácter obrigatório - impacto formal e informal das autoridades públicas e outras forças sociais (por exemplo, os reguladores de mercado) nas organizações. Normalmente, esses fatores são determinados pelo Estado e por órgãos reguladores internacionais.
- Fatores normativos - o impacto das organizações profissionais no desenvolvimento de metodologias de relatórios, normas e princípios.
- Fatores económicos - o impacto das mudanças económicas e de desenvolvimento sustentável. Devido aos fatores económicos, cruzaram-se as fronteiras tradicionais de divulgação de informações financeiras para atender aos interesses dos *stakeholders*.
- Fator mimético – as organizações tendem a comportar-se de forma semelhante às suas semelhantes de sucesso.

Os fatores institucionais obrigatórios e normativos afetam principalmente o desenvolvimento dos relatórios financeiros das organizações, até porque existem organizações profissionais a criar normas de contabilidade, que são reconhecidas a nível internacional e por uma crescente profissionalização do setor, o que levou ao surgimento de normas administrativas comuns, incluindo o uso de especialistas credenciados como auditores e avaliadores (Ebrahim & Rangan, 2014).

De acordo com a teoria institucional, ao longo do tempo, as organizações são persuadidas pelos seus *stakeholders* a adotar e a manter certas práticas, incluindo as práticas de relatórios específicas (Zunker, 2011) e padrões semelhantes de divulgação. Conforme o referido por

Dunn (2010) embora existam diferenças na qualidade das divulgações, a teoria institucional sugere que, ao longo do tempo, essas diferenças devem desaparecer uma vez que as organizações passariam a adotar padrões semelhantes de divulgação.

2.2.1.2. Teoria dos *Stakeholders*

Na abordagem da teoria dos *stakeholders*, a gestão da organização baseia-se na premissa de que os processos de gestão devem considerar o interesse dos diversos grupos de interessados na organização, tais como associados, colaboradores, clientes, fornecedores e a comunidade (Freeman, 1984).

Os *stakeholders* são pessoas ou grupos que têm, ou reclamam, propriedade, direitos, ou interesses na organização (Freeman & Macvea, 2005). Já para Mitchell, Agle e Wood, (1997), os *stakeholders* são atores internos e externos que afetam ou afetaram diretamente ou indiretamente as atividades de uma organização. Além disso, devido às suas características peculiares, os *stakeholders* podem ter diferentes níveis de poder ou influência nas organizações. Por outras palavras, os interesses dos *stakeholders* devem ser considerados pelos gestores das organizações, não por uma questão de eficiência operacional e resultados económicos, mas porque é a coisa certa a fazer (Zunker, 2011). No entanto, pode ser muito difícil para uma organização reconhecer os *stakeholders* que direta ou indiretamente afetam ou são afetados pelas suas atividades e planejar e executar estratégias correspondentes às expectativas reais ou potenciais dos *stakeholders*. Por exemplo, as organizações mais ou menos dependentes de recursos financeiros são altamente suscetíveis às ações dos detentores de capital, tais como os bancos. Já as organizações cujo desempenho é fortemente ligado à sua imagem preocupam-se particularmente com os atores capazes de influenciar a opinião pública, tais como os meios de comunicação. Por outro lado, as organizações suscetíveis de quebrar certos regulamentos são vulneráveis ao poder coercivo do Estado (Júnior J.A., Júnior J. F. A., Oliveira, Ponte, & Ribeiro, 2014).

As OSFL são caracterizadas pela sua dependência de financiamentos do Estado e como tal têm uma responsabilidade externa obrigatória (que em grande parte envolve a apresentação de relatórios financeiros) para as agências governamentais e para os reguladores do Estado. Têm também uma responsabilidade pragmática “*must-do*” para os seus financiadores, clientes e outros *stakeholders* (Lee, 2004).

O quadro seguinte sintetiza os diversos *stakeholders* existentes nas OSFL:

Quadro 1- Os Stakeholders das OSFL

<ul style="list-style-type: none">• Órgãos sociais e de gestão• Estado e Ministério responsável da tutela• Colaboradores e funcionários• Doadores, beneméritos, participantes e voluntários• Diversos grupos de interesse comercial, concorrentes, fornecedores e outros credores• Órgãos de controlo externo e interno• Comunidade local com interesse na atuação e destinatário dos serviços• Partidos políticos e comunicação social• Académicos no campo de investigação e Sindicatos

Fonte: Carvalho, 2016

As Organizações realizam atividades (atividades organizacionais) que são refletidas no sistema de contabilidade interno. Periodicamente, a organização prepara e divulga as demonstrações financeiras aos *stakeholders*. As atividades, o sistema da contabilidade e as divulgações financeiras podem ser examinadas ou verificadas por partes internas ou externas (supervisão e auditoria) para garantir que as atividades estão em conformidade com os contratos existentes, que os registos contabilísticos refletem com precisão as atividades e que os relatórios financeiros estão em conformidade com quaisquer requisitos de divulgação. Os *stakeholders*, tais como investidores, credores, clientes, doadores e o governo, analisam as divulgações e efetuam uma avaliação de desempenho da organização. Estas avaliações influenciam os interessados para apoiar ou participar dessas organizações no futuro (decisões sobre o apoio e participação). Porque estas decisões têm implicações financeiras, os *stakeholders* podem afetar as atividades subsequentes da organização. Um sistema de *feedback* é criado assim: o futuro apoio de uma organização depende não só das suas atividades, mas também das decisões de contabilidade interna e da capacidade de comunicar os resultados financeiros aos *stakeholders* (Keating & Frumkin, 2003).

Para Zunker (2011) os diferentes *stakeholders* têm expectativas diferentes e por isso as organizações devem responder à procura de informações de forma diferente, indo ao encontro das suas expectativas.

2.2.2. Divulgação de Informação

A Divulgação pode ser definida como o processo de responsabilização externa suportado pelos indicadores quantitativos e qualitativos, que permitem às organizações controlar as suas ações

e progressos em termos de tempo e do espaço. A divulgação de informações pode ser obrigatória ou voluntária. Por um lado, a divulgação obrigatória consiste no conjunto de informações divulgadas a fim de cumprir com os requisitos legais, profissionais e estatutos. No entanto, a maioria das pesquisas sobre divulgação tem-se centrado nas demonstrações financeiras ou algum outro componente do relatório anual. Pouca pesquisa foi efetuada no sentido de analisar se as empresas são auditadas por auditores externos (Lightstone & Driscoll, 2008). A divulgação voluntária representa o excesso de informação divulgada (a informação divulgada é superior à divulgação obrigatória) e em mercados eficientes é suscetível de ser fornecida onde os benefícios marginais excedem os custos marginais para o fornecedor da informação. A divulgação voluntária de informação leva ao aumento da credibilidade e à melhoria das relações com os diversos *stakeholders* (Ahmed, 2012).

A divulgação e comunicação de informações fornece conhecimentos e orienta as partes interessadas na tomada de decisão. Por esta razão, a divulgação é muitas vezes uma tentativa usada para comunicar a informação. Há também uma necessidade particular de divulgar a informação a fim de melhorar a responsabilização e a transparência (Atan, Zainon, Nam, & Aliman, 2012).

Para Lee e Joseph (2013) a transparência organizacional verifica-se a duas dimensões: financeira e de *performance*. A transparência financeira refere-se à facilidade com que os doadores, beneficiários e público em geral podem avaliar o grau de eficiência de uma organização. A transparência de desempenho, no entanto, refere-se à facilidade com que os doadores, beneficiários e o público em geral podem avaliar quão eficaz é uma organização a alcançar a sua missão social. Enquanto a transparência serve como medida de quão aberta e acessível a organização é para o público em geral, a divulgação *web* é um mecanismo através do qual pode ser alcançada uma maior transparência financeira e de desempenho.

2.2.3. Divulgação na *Internet*

Hoje, muitas empresas, independentemente da dimensão, disponibilizam informações ao público através de *sites* da *Internet*.

O uso da *internet* como uma nova plataforma para a disseminação de informações é um fenómeno recente, rápido e crescente, torna a divulgação mais acessível e menos onerosa. Nos *sites* e através de *links* os utilizadores movem-se de um *site* da *Web* para os outros, e podem obter uma vasta quantidade de informações em alguns segundos. As evidências

empíricas demonstraram que uma elevada percentagem de empresas usa a *internet* para a divulgação e comunicação de informações empresariais (Gandia, 2003).

A maioria das primeiras pesquisas de *Internet Financial Reporting* (IFR) são estudos descritivos e exploratórios na natureza, ou estudos de associação, abordando os determinantes do IFR. O IFR é conhecido como uma nova tecnologia que foi introduzida em matéria de divulgação de relato financeiro (Azli, Khan, Ismail, & Zakuan, 2013). Nos países com grandes mercados de capitais, quase todas as grandes empresas têm *sites* e a maioria desses *sites* incluem alguma forma de relato financeiro. Na verdade, as empresas que procuram ter mercados além das fronteiras nacionais devem ter uma estratégia, de relações com investidores, baseada na *Web*, até porque a informação fica imediatamente disponível para qualquer pessoa no mundo com ligação à *internet*. Uma vez que a maioria das empresas já tem *site*, o custo incremental para este alcance global e instantâneo, é mínimo (Gray, 2014).

A *internet* é excelente para divulgar informações financeiras e não financeiras. As Informações empresariais incluem registos de dados históricos e financeiros, descrições de atividades, uma exposição da situação atual e planos para o futuro, etc., que podem ter vários formatos. Para Gandia (2011) a divulgação *Web* é uma significativa inovação tecnológica, uma ferramenta efetiva para aumentar a transparência organizacional e que representa uma oportunidade para construir e estabelecer uma relação a vários níveis: com colaboradores, clientes, voluntários e com a comunidade que servem.

As grandes empresas têm mais incentivos para efetuar a divulgação na *internet*, para promover uma concorrência vigorosa, o ótimo desempenho e a transparência, ter mais visibilidade e então retirar maior atenção do público em geral, governo, acionistas, outros interessados ou até mesmo da concorrência. Os custos e benefícios para as grandes empresas são geridos mais facilmente porque têm mais usuários e é mais fácil a comunicação pela *internet* (Dâmaso & Lourenço, 2011). A divulgação pode ter geralmente menores custos para as empresas maiores e as empresas menores podem considerar-se em desvantagem competitiva em relação às maiores (Ahmed, 2012).

A *internet* funciona como um canal de comunicação bidirecional direta, integrada e de baixo custo facilitando a comunicação com o público em geral. A rápida difusão dos *sites* organizacionais transformou drasticamente a maneira com que as organizações divulgam as informações. Como resultado, as práticas tradicionais de divulgação como distribuir cópias impressas das informações, tornaram-se desatualizadas e na verdade representam uma responsabilidade social no ambiente atual (Lee & Joseph, 2013).

O crescimento da *internet* como meio de divulgação de informação alterou a maneira como a informação flui das empresas para os investidores e credores. Os *Websites* são projetados por várias razões, como publicidade aos produtos das organizações, facilitam o comércio eletrônico, promovem a identificação da marca, atraem potenciais trabalhadores e reforçam a imagem da organização. Além disso, os líderes empresariais veem o potencial das divulgações voluntárias, ou seja, veem a *internet* como um meio para melhorar a sua relação com os investidores. Para as empresas os custos e benefícios de divulgação da *internet* são importantes para desenvolver uma estratégia mais eficiente de comunicação de informações aos *stakeholders*, que precisam de informações úteis e oportunas para tomar as suas decisões (Dâmaso & Lourenço, 2011).

De acordo com Azli *et al.*, (2013) existem os seguintes benefícios para as empresas que desenvolvam o IFR: atrair os investidores estrangeiros, promover a empresa para o público e atrair os investidores locais. Já para os usuários que reúnem as informações financeiras das empresas através do seu *site* os três principais benefícios são: aumento da agilidade e eficiência na obtenção de informações financeiras, ajuda os usuários no processo de decisão e fornece outro meio de divulgação.

As OSFL também destacam as suas realizações/méritos de várias maneiras: fornecem testemunhos dos beneficiários (histórias de sucesso) ou destacam os resultados de um programa de sucesso recente. Têm motivações legais: as organizações divulgam as informações exigidas por lei, divulgam os seus lucros a cada período e publicam o seu relatório anual. Existem também as motivações de prestação de contas, ou seja, é a forma usada pelas organizações para divulgar informações sobre os seus processos, procedimentos e políticas, de forma a serem avaliadas pelos *stakeholders*. Por exemplo, as OSFL podem detalhar os critérios que usam para avaliar a eficácia dos seus programas, ou divulgar os códigos de ética, políticas de proteção, políticas de remuneração e estruturas de *governance*. Normalmente, qualquer informação divulgada no *site* reflete uma diversidade de motivos. Uma OSFL além de divulgar pela questão da responsabilização também procura atrair recursos (Tremblay-Boire & Prakash, 2014).

A divulgação de informações no setor sem fins lucrativos é necessária para garantir que, ao serem divulgados, os recursos são melhor utilizados e que doadores e voluntários mantêm o seu apoio e participação nas organizações de beneficência (Atan, Zainon, & Wah, 2012). A divulgação voluntária é um elemento chave, promotor de confiança e que melhora a percepção dos doadores e/ou aumenta as suas contribuições se sentirem segurança da efetividade

contida na informação voluntária dos relatórios. As organizações que voluntariamente divulgam a informação financeira e de desempenho nos seus *sites* dão um sinal de eficiência, qualidade e credibilidade e são vistas pelo público em geral como sendo mais abertas, confiáveis e responsáveis (Lee & Joseph, 2013).

A tabela seguinte resume as principais vantagens e riscos da divulgação de informação na *internet*:

Tabela 2- Vantagens e riscos da divulgação de informação na *Internet*

Vantagens/Oportunidades		Riscos/Limitações
Universalidade	Maior divulgação – democratização da informação	Limitações legais, técnicos e estratégicos
Redução de custos	Custos relativos a pequenas divulgações	Depende do público potencial; Medidas de segurança no <i>site</i> e aumentar o custo de certificação
Disponibilidade	Rapidez de difusão da informação	Risco legal, responsabilidade derivada de informação não auditada
Periodicidade	Possibilidade de aumentar a frequência	Risco legal e técnico
Quantidade	Mais informação e mais desagregada: informação histórica, informação segmentada, previsional, ambiental, intangíveis, não financeira	Sobrecarga de informação e confidencialidade
Informação personalizada	Informação customizada ao utilizador	Confidencialidade
Gestão da informação	Maior qualidade da informação e facilidades para a sua elaboração e análise para o utilizador	Riscos técnicos e legais
Melhor imagem	Para fornecer mais transparência das informações em conformidade com a responsabilidade social corporativa	

Fonte: Pires, 2012

Para Saxton, Neely e Guo (2014) uma das decisões críticas que os gestores das OSFL enfrentam atualmente é a quantidade de informação que deve ser divulgada ao público em geral, com relação ao desempenho financeiro, estratégico e social. É provável, no entanto, que haja um nível ideal de divulgação voluntária e, se assim for, então é do interesse de uma organização divulgar o "nível certo" de informações.

2.2.4. Indicadores de Divulgação

Uma maneira de avaliar a informação divulgada é através do desenvolvimento de um índice de divulgação, medindo o nível de informação voluntária e legalmente exigida (Zainon, Atan, &

Wah, 2012). Os mesmos autores propõem que, após a escolha dos itens que compõem o índice, se categorize as informações da seguinte forma:

- BBI (*Basic Background Information*) - são informações básicas como o nome, a sede, a natureza dos serviços, e servem como informações úteis para as partes interessadas, tais como os doadores institucionais porque fornecem um contexto básico, informação detalhada sobre a organização. Com este tipo de informação, as partes interessadas podem ter a imagem global das operações, dos serviços e *status* para que tomem a decisão de financiamento/doação para a organização.
- A informação financeira é essencial para as partes interessadas saberem a situação económica das organizações e avaliarem a utilização dos fundos. Informações como o Balanço e respetivas divulgações de políticas contabilísticas são importantes para os *stakeholders*.
- As informações não-financeiras incluem a satisfação dos clientes, as reclamações dos clientes e o aumento dos clientes, a formação do pessoal e recursos não-financeiros. As informações não-financeiras são frequentemente consideradas como informação importante das organizações.
- As Informações futuras incluem informações sobre o orçamento, planeamento estratégico, missão, visão e os valores fundamentais da organização.
- As informações de *Governance* são principalmente obtidas pelos peritos avaliadores do painel durante o processo de validação de conteúdo. É essencial ter informações de *governance* para fins de prestação de contas. Questões como a lista com os nomes dos principais doadores, a mensagem dos administradores ou do fundador da organização e a auditoria interna são todos os itens de informação que podem ser exigidos pelos *stakeholders* (Zainon et al., 2012).

Já para Gandia (2011) o *Disclosure Index* (DI) deve ter a seguinte estrutura:

- Informação Geral- O *site* contém informações orientadas para a promoção e a difusão das atividades e a natureza da OSFL.
- Informação Financeira e de *Governance*- A divulgação é essencial para que os interessados saibam a situação económica da sua OSFL e verificar o uso dos fundos administrados pela administração.

- Navegação e Apresentação - A facilidade de navegabilidade e a apresentação atraente da *Web* são fundamentais para os *stakeholders*, especialmente os doadores.
- *Web* Relacional - Nesta seção, examinamos se uma OSFL usa o seu *site* como um portal de serviços para os *stakeholders*. O *site* é usado como uma plataforma de comunicação ao serviço da missão e dos valores da OSFL. A OSFL irá estabelecer linhas de comunicação eletrónica (*chats*, *fóruns*, *blogs*) que permitem conhecer em primeira mão, a opinião de todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, interagem com ela (doadores, voluntários, fornecedores, funcionários, parceiros, etc.). Da mesma forma, também usam o *Website* como um meio para facilitar a gestão da burocracia da organização e como uma ferramenta para obter receitas (doações *on-line* e *e-commerce*).

O índice deve refletir as múltiplas dimensões da responsabilização das OSFL: responsabilidade para com os beneficiários, funcionários, doadores, o público, fornecedores e o ambiente. Aplicando a teoria dos *stakeholders*, às organizações sem fins lucrativos, determina-se se os fatores organizacionais e ambientais (dimensão, indústria/sector, visibilidade nos jornais) afetam os seus padrões de divulgação (Tremblay-Boire & Prakash, 2014). Já para Angonese, Grzybovski e Mozzato (2014) existem seis potenciais determinantes do nível de evidenciação das organizações: dimensão, rentabilidade, endividamento, dimensão da firma de auditoria, nível de *governance* empresarial e internacionalização.

A literatura prévia sobre divulgações em organizações com fins lucrativos e OSFL identificou a dimensão organizacional como um fator importante para determinar a extensão das divulgações (Saxton, Kuo, & Ho, 2011; Verbruggen, Christiaens, & Milis, 2011).

As expectativas da sociedade dependem da dimensão da organização. Por outras palavras, espera-se mais das empresas maiores em termos de transparência, de conformidade com regulamentos, compromisso social, etc. Esta pressão leva-as a manterem mais registos e a quantificá-los, o que vai ao encontro da teoria institucional (Carvalho, 2016). Dada a necessidade de maior divulgação por parte das grandes organizações, espera-se que estas sejam mais propensas a divulgar os seus relatórios financeiros na *internet* para reduzir custos e melhorar a sua imagem. Por outro lado, também deverão ter maior capacidade de preparação e apresentação de informações nos seus relatórios anuais. Como tal, geralmente espera-se que as organizações maiores estejam associadas a divulgações mais abrangentes nos seus relatórios anuais (Christensen & Ebrahim, 2006; Atan *et al.*, 2012). Além do fator de capacidade, a dimensão organizacional tem sido considerada como um importante

determinante do grau de divulgações numa perspectiva de reputação. Trussel e Parsons (2007) argumentam que o crescimento organizacional só pode ser alcançado quando uma OSFL é capaz de continuar a gerar receitas ao longo de vários anos. Por outras palavras, a dimensão pode representar a capacidade da organização para atrair receitas e contribuições de organizações externas.

No entanto, à medida que uma organização cresce, torna-se mais visível, e é mais provável encontrar maior controlo pelas autoridades reguladoras e outros *stakeholders* (Luoma & Goodstein, 1999). Como tal, as organizações maiores podem ser menos motivadas para divulgar uma informação mais completa nos seus relatórios anuais.

Outro fator importante na divulgação de informação será a idade. As organizações mais novas são mais prováveis de recorrer a mecanismos de responsabilização baseados na *Web*. A literatura indica várias razões para isso. Primeiro, os estudiosos de contabilidade têm argumentado que há uma maior assimetria de informação entre os *insiders* e *outsiders* nas organizações novas, o que estimula as organizações mais jovens a uma maior divulgação voluntária, a fim de colmatar o fosso (Trabelsi, Labelle, & Dumontier, 2008). Estudiosos de gestão, por sua vez, citam a idade organizacional como um fator que aumenta a "inércia" e enfraquece a "discrição", as organizações mais velhas são menos prováveis de serem inovadoras na adoção de novas tecnologias (Hambrick & Finkelstein, 1987).

Bennett e DiLorenzo (1994) afirmam que as organizações relativamente novas precisam de tempo para se estabelecerem com os doadores e alcançar o reconhecimento do nome. Para sobreviver a longo prazo, as OSFL precisam de ter serviços de qualidade e ter sucesso na captação de recursos. Algumas pesquisas colocaram a hipótese de que organizações sem fins lucrativos 'jovens' deveriam divulgar mais informações *on-line* porque a assimetria de informação com os potenciais *stakeholders* é suscetível de ser maior (Saxton & Guo, 2009).

Outro fator importante na divulgação de informação será a existência de uma auditoria externa (Whittaker, 2013). Esta pode melhorar o controlo interno e, portanto, considerado um dispositivo de monitorização eficaz para melhorar a divulgação de informações. Está significativamente relacionada com a adoção de medidas de divulgação obrigatória. Da mesma forma, fornece o suporte para a existência de relatórios financeiros de qualidade e aumenta a responsabilização e a transparência (Atan *et al.*, 2012). Yetman e Yetman (2011) referem que as demonstrações financeiras auditadas das OSFL são mais precisas e sugerem que uma organização auditada poderá divulgar mais medidas de desempenho, conforme o recomendado por organismos profissionais.

2.2.5. A Divulgação nas Misericórdias em Portugal

Atualmente a legislação vigente aplicável às MP, no que diz respeito a divulgação de informação, só contempla a obrigatoriedade de divulgação das Contas Anuais.

De acordo com a informação constante na segurança social⁷ as IPSS e Equiparadas devem submeter à tutela (Segurança Social) os Orçamentos e as Contas Anuais, a partir do momento em que se registam como IPSS na Segurança Social. Desde 2009, estas obrigações passaram a ser cumpridas, por via eletrónica, através da aplicação OCIP (Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social). A disponibilização desta funcionalidade eletrónica teve como objetivo automatizar as tarefas associadas à receção, análise e visto dos orçamentos e contas anuais das IPSS e Equiparadas.

As MP (enquanto IPSS) devem então submeter, numa plataforma eletrónica (OCIP), as suas Contas, sendo visível que a *internet* tem um papel fundamental no cumprimento dos requisitos legais de prestação e divulgação das mesmas. Os seguintes Mapas de Demonstrações Financeiras são de registo obrigatório na aplicação OCIP:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados (DR) por Naturezas (por cada resposta social e/ou atividade);
- Demonstração dos fluxos de Caixa.

Devem ser submetidos os seguintes documentos:

- Ata de Aprovação das Contas pelo Órgão de Administração ou ata de aprovação das contas pela Assembleia-Geral de Associados, das Instituições de forma associativa;
- Parecer do Órgão de Fiscalização (ou certificação legal das contas das Instituições a ela sujeitas);
- Balancete Analítico do mês de dezembro ou de regularizações, incluindo os movimentos do mês e movimentos acumulados;

⁷ Informação obtida em <http://www.seg-social.pt/ipss>, em 04/12/2016.

- Balancete Analítico de Apuramento de Resultados;
- Anexo ao Balanço e DR;
- Mapa de Controlo do(s) Subsídio(s) para Investimento(s).

Em Portugal, de acordo com o art.º 14º do Decreto-Lei n.º 172 – A/2014 de 14 de novembro as contas do exercício das instituições obedecem ao Regime da Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo legalmente aplicável e que deverão ser aprovadas pelos respetivos órgãos nos termos estatutários. São obrigatoriamente publicadas na página institucional até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito.

A divulgação de informação, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), deve ser efetuada de acordo com os seguintes normativos:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março - aprova o regime contabilístico para as ESNL, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – publica o Código de Contas, para todas as entidades sujeitas ao SNC, incluindo as microentidades e as ESNL;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – publica os Modelos de demonstrações financeiras, para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho – publica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Esta norma tem como objetivo estabelecer os principais aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação, para as ESNL, do qual fazem parte as Misericórdias.

Segundo o art.º 4.º da Portaria 220/2015, de 24 de julho os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas ESNL são os seguintes:

- Anexo 11: Balanço;
- Anexo 12: Demonstração dos resultados por naturezas;
- Anexo 13: Demonstração dos resultados por funções;
- Anexo 14: Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- Anexo 15: Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo 16: Anexo;
- Anexo 17: Pagamentos e recebimentos, património fixo e direitos e compromissos futuros.

De acordo com o guia prático Orçamento e Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social⁸ do Instituto de Segurança Social, IP (2015) as contas anuais das MP devem ser submetidas à tutela, através da aplicação OCIP, até ao dia 30 de junho do ano seguinte.

CAPÍTULO 3 - PROBLEMA, QUESTÕES E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

3.1. Problema e Questões de Investigação

Atualmente, existem estudos sobre a divulgação de informação das OSFL, mas questionamos se estarão adequados à realidade das Misericórdias Portuguesas ou se estas, sendo organizações com características próprias e distintas das outras OSFL, necessitarão de uma abordagem mais específica e ajustada à realidade portuguesa. Esta é a problemática que pretendemos abordar: verificar se a revisão da literatura sobre a divulgação de informação tem aplicabilidade nas Misericórdias Portuguesas, verificando o seu cumprimento e diversidade. Nesta linha centramos o estudo na seguinte questão fundamental:

Qual o tipo de divulgação da informação efetuada via *internet* e quais os fatores que influenciam as Misericórdias Portuguesas, na divulgação de informação via *internet*?

Face ao problema colocado, é nosso objetivo responder às seguintes divisões da questão de investigação:

- As Misericórdias divulgam informação nos seus *sites*?
- Que tipo de informação é divulgada nos *sítios web* das Misericórdias?
- Quais os fatores influenciadores da informação divulgada pelas Misericórdias?
- As Misericórdias divulgam mais informação financeira (contida nas demonstrações financeiras) ou não financeira?

⁸ Informação obtida em <http://www.seg-social.pt/ipss>, em 04/12/2016.

3.2. Desenvolvimento das Hipóteses de Investigação

Considerando o enquadramento teórico definido e as variáveis de influência da divulgação da informação como a **dimensão**, a **idade** e a **certificação de contas** das MP, formulámos as seguintes hipóteses de investigação:

- *H1 – A Dimensão das Misericórdias está positivamente relacionada com a divulgação de informação.*

A revisão da literatura identificou a dimensão organizacional como sendo um fator importante para determinar a extensão das divulgações (Tremblay-Boire & Prakash, 2014; Saxton, Kuo, & Ho, 2011; Verbruggen, Christiaens, & Milis, 2011; Christensen & Ebrahim, 2006). Desta forma, a dimensão organizacional, ou seja, as organizações maiores (dimensão medida pelo valor total de ativos, ou total de receitas ou total de inscritos/membros) têm melhores práticas de divulgação (Angonese *et al.*, 2014; Atan *et al.*, 2012).

- *H2 – A Idade das Misericórdias está negativamente relacionada com a divulgação de informação.*

De igual forma, a revisão da literatura estabelece uma relação entre a idade e a divulgação organizacional. É referido que as OSFL mais jovens deveriam divulgar mais informações *on-line* porque a assimetria de informação com os potenciais *stakeholders* pode, eventualmente, ser maior. O número de anos desde que a organização foi criada é a medida mais usual para medir a antiguidade da organização (Hambrick & Finkelstein, 1987; Bennett & DiLorenzo, 1994; Trabelsi *et al.*, 2008; Saxton & Guo, 2009).

- *H3 – As Misericórdias com Certificação de Contas apresentam maior divulgação de informação do que as não certificadas.*

Dada a função de auditoria independente no âmbito sem fins lucrativos, alguns autores argumentam que a existência de uma auditoria externa pode melhorar o controlo interno e, portanto, considerado um dispositivo de monitorização eficaz para melhorar o grau de divulgação para informações (Atan *et al.*, 2012; Yetman & Yetman, 2011; Whittaker, 2013).

Em Portugal, de acordo com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2013 de 13 de maio “Ficam sujeitas anualmente a certificação legal das

contas as demonstrações financeiras das entidades que, não apresentando contas consolidadas, ultrapassem os limites referidos no artigo 262.º do Código das Sociedades”. O referido artigo estipula que “as sociedades que não tiverem conselho fiscal devem designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal desde que, durante dois anos consecutivos, sejam ultrapassados dois dos três seguintes limites:

- a) Total do balanço: 1 500 000 euros;
- b) Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3 000 000 euros;
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50”

Ainda, de acordo com o n.º 3 do art.º 12.º do Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2013 de 13 de maio os limites referidos no número anterior são multiplicados por um fator de 1,70 para as IPSS e equiparadas abrangidas pelo Protocolo de Cooperação celebrado entre as estruturas representativas das IPSS e o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

Para que um método de pesquisa seja considerado adequado é preciso sabermos se ele responderá aos objetivos da investigação que queremos levar a cabo. Assim, a escolha da técnica e do instrumento de recolha de dados dependerá dos objetivos que se pretende alcançar com a investigação e do universo a ser investigado.

Neste estudo será efetuada uma análise documental que se caracteriza por ser um processo dinâmico ao permitir representar o conteúdo de um documento de uma forma distinta da original, gerando assim um novo documento (Vera & Morillo, 2007). A importância da análise documental consolida-se cada vez mais perante a atual sociedade de informação. De acordo com (Gandia, 2011) a análise dos *sites* destas organizações permitirá perceber se são usados como uma plataforma de comunicação ao serviço da missão, dos valores da organização e como meio de facilitar a gestão ou como ferramenta para obtenção de receitas.

A técnica da análise documental recorre frequentemente à utilização da análise de conteúdo como instrumento de recolha de dados. Segundo Berelson (1952), a análise de conteúdo permite fazer uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objetivo a sua interpretação. Assim, a descrição do conteúdo é objetiva no sentido do esforço da análise seguir regras e instruções claras que permitem a

reprodução da investigação entre os investigadores, ou seja, torna possível atingir os mesmos resultados ao trabalhar sobre o mesmo conteúdo. A descrição do conteúdo também é sistemática, pois o conteúdo é organizado e integrado num sistema de categorização de acordo com os objetivos da investigação. Finalmente, a descrição é quantitativa, uma vez que nas categorias criadas geralmente é calculada a frequência dos elementos considerados relevantes para a investigação.

Outro instrumento que se apresenta frequentemente articulado com a análise de conteúdo são as *checklists*. Estas funcionam como uma lista de critérios ou itens que o investigador procura encontrar. O objetivo é fornecer um nível de rigor no processo de recolha de dados e garantir que os dados são fiáveis e válidos. Esta *checklist* será então o índice de divulgação total, que será desenvolvido a partir da revisão da literatura (apêndice I).

Assim, será efetuada uma análise de conteúdo quantitativa ao *site* institucional de cada misericórdia e serão conferidos os indicadores constantes no índice, de forma a efetuar a verificação das hipóteses de estudo.

4.1. Desenvolvimento do Índice de Divulgação Total

O Índice de Divulgação Total (IDT) será utilizado para testar as teorias existentes de divulgação, aplicadas ao setor não lucrativo e será a nossa variável dependente.

É comum a conceção de um índice que leva em conta vários itens de informação, que são dicotômicos e medidos em termos de duas possibilidades de divulgação com valor de 1 para a divulgação (onde um ponto é concedido para cada item de informação divulgada no *site*) e o valor de 0 para a não-divulgação. Considera-se que cada item de divulgação é igualmente importante. Foram vários os estudiosos que adotaram esta abordagem dicotômica a fim de avaliar o grau de divulgação ao nível internacional (Gandia, 2011; Gordon, Fischer, Malone, & Tower, 2002; Ling Wei, Davey, & Coy, 2008) e ao nível nacional (Carvalho, Rodrigues, & Branco 2017).

Em consonância com a literatura existente e a teoria descrita anteriormente, podemos operacionalizar as seguintes medidas de divulgação, ou sub-índices, adiante referidos como índices:

- Índice de Divulgação Operacional (IDO) – 17 itens;
- Índice de Divulgação de Recursos Humanos (IDRH) –8 itens;

- Índice de Divulgação de Gestão (IDG) – 4 itens;
- Índice de Divulgação das Demonstrações Financeiras (IDDF) – 17 itens;
 - Índice de Divulgação das Contas Anuais (IDCA) – 8 itens.

Esta operacionalização dos sub-índices teve como base o estado da arte considerado na divulgação da informação das organizações do terceiro setor, que apresentamos no apêndice I, e a aplicação dos normativos de divulgação portugueses que estão previstos para estas entidades. Foram, assim, operacionalizados os sub-índices construídos com as especificidades que a diversa revisão da literatura indicou e que explicaremos doravante.

4.1.1. Índice de Divulgação Organizacional (IDO)

No apuramento do IDO foi codificado qualquer item do IDT, constante no *site*, relacionado com a organização e a sua missão social. É definido como o número total de itens de desempenho constante no *site* de cada organização. Os itens que compõem este sub-índice são os seguintes:

Tabela 3 – Itens que compõem o IDO

ÍTEMS DE DIVULGAÇÃO
1. Nome da Instituição;
2. Data de Constituição/ Registo;
3. Informação sobre a localização da Instituição;
4. Mensagem da Direção;
5. Informação sobre as atividades/ Serviços/ Programas;
6. Indica de forma inequívoca, quem são os beneficiários das suas operações;
7. A missão da organização está claramente definida;
8. A visão da organização está claramente definida;
9. Os valores são enunciados e a interpretação que a instituição faz deles é definida;
10. Os objetivos da organização são claros, precisos, e capazes de ser avaliados;
11. É apresentado o calendário de eventos;
12. São publicados boletins periódicos de informação sobre as atividades da instituição;
13. É efetuada a divulgação de fotografias das atividades realizadas pela organização;
14. É efetuada a divulgação de vídeos das atividades realizadas pela organização;
15. Informações sobre os processos de qualidade implementados pela organização;
16. Existem fóruns abertos disponíveis para o envio de sugestões, críticas ou comentários sobre o trabalho realizado pela instituição;
17. Existem <i>links</i> de ligações úteis.

Fonte: Autora

4.1.2. Índice de Divulgação de Recursos Humanos (IDRH)

No apuramento do IDRH foi codificado qualquer item do IDT, constante no *site*, relacionado com os recursos humanos da instituição. Os itens que compõem este sub-índice são os seguintes:

Tabela 4 – Itens que compõem o IDRH

ÍTENS DE DIVULGAÇÃO
18. Informações sobre o número total de pessoas contratadas;
19. São publicadas ofertas de trabalho para funcionários remunerados;
20. Informações sobre o número total de voluntários;
21. Promove o recrutamento de voluntários;
22. Informações sobre o enquadramento legal e tipo de contratos de trabalho do pessoal;
23. Informações sobre os cursos de formação desenvolvidos pelo pessoal da organização;
24. Apresenta nomes e um breve histórico dos membros dos órgãos de gestão;
25. Informa sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de gestão e estabelece quem e por que motivos podem receber remuneração.

Fonte: Autora

4.1.3. Índice de Divulgação de Gestão (IDG)

Para medir a divulgação de informações de gestão, foram codificados os itens encontrados em qualquer lugar no *site* de acordo com o seguinte:

Tabela 5 – Itens que compõem o IDG

ÍTENS DE DIVULGAÇÃO
26. Informação sobre o orçamento e planos de atividade;
27. O Orçamento está distribuído por programas/ serviços/valências;
28. Informação sobre políticas de investimento e estratégia;
29. São incluídos gráficos como apoio à apresentação de dados financeiros.

Fonte: Autora

4.1.4. Índice de Divulgação das Demonstrações Financeiras (IDDF)

Em quarto lugar, criamos uma variável binária para indicar os itens divulgados que integram as Demonstrações Financeiras e é, portanto, da campanha de itens o mais importante que a misericórdia pode divulgar no seu *site*. Além disso, as Demonstrações financeiras normalmente incluem tanto os aspetos financeiros como informações de desempenho. Os itens que compõem este sub-índice são os seguintes:

Tabela 6 – Itens que compõem o IDDF

ÍTEMS DE DIVULGAÇÃO
30. Esclarece as regras e políticas contabilísticas adotadas.
31. Balanço do ano fiscal atual;
32. Balanço de anos anteriores;
33. Demonstração de resultados por natureza do ano fiscal atual;
34. Demonstração de resultados por natureza de anos anteriores;
35. Demonstração de resultados por funções do ano fiscal atual;
36. Demonstração de resultados por funções de anos anteriores;
37. Demonstração dos fluxos de caixa do ano fiscal atual;
38. Demonstração dos fluxos de caixa de anos anteriores;
39. Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais do ano fiscal;
40. Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais dos anos anteriores;
41. Anexo às demonstrações financeiras do ano fiscal atual;
42. Anexo às demonstrações financeiras de anos anteriores;
43. Relatório do Conselho Fiscal do ano fiscal atual;
44. Relatório do Conselho Fiscal de anos anteriores;
45. Relatório de auditoria do ano fiscal atual;
46. Relatório de auditoria de anos anteriores.

Fonte: Autora

4.1.4.1. Índice de Divulgação das Contas Anuais (IDCA)

Em quinto lugar, foi criada uma variável binária para indicar os itens divulgados nas demonstrações financeiras que são de entrega obrigatória nas Contas Anuais ao órgão de tutela (Segurança Social), para verificar se divulgam ou não os elementos obrigatórios. Foram considerados os seguintes itens:

Tabela 7 – Itens que compõem o IDCA

ÍTEMS DE DIVULGAÇÃO
31. Balanço do ano fiscal atual;
32. Balanço de anos anteriores;
33. Demonstração de resultados por natureza do ano fiscal atual;
34. Demonstração de resultados por natureza de anos anteriores;
37. Demonstração dos fluxos de caixa do ano fiscal atual;
38. Demonstração dos fluxos de caixa de anos anteriores;
41. Anexo às demonstrações financeiras do ano fiscal atual;
43. Relatório do Conselho Fiscal do ano fiscal atual.

Fonte: Autora

4.1.5. Índice de Divulgação Total (IDT)

O valor do IDT, para cada MP, é determinado pelo quociente entre o total de itens divulgados pelas Misericórdias da amostra e a soma de todos os itens que constituem o IDT. A fórmula seguinte é utilizada para cada categoria, acima descritas, a saber:

$$IDT_m = \frac{\sum_{i=1}^n ni}{t}$$

Onde,

IDT_m = Índice de Divulgação Total das Misericórdias m

ni = Número de itens i divulgados pela misericórdia m;

t = Total de itens considerados para o cálculo do índice.

E,

n = número de itens, $n \leq 46$, $ni = 1$ se o item for divulgado e 0 se não for divulgado.

Na determinação do índice total procede-se ao cálculo de um quociente e quanto mais próximo de 1 o valor do IDT se estabelecer, maior é a divulgação efetuada pela Misericórdia.

4.2. Variáveis Independentes

Estas variáveis, designadas como independentes, decorrem da revisão da literatura sobre divulgação organizacional e das hipóteses de investigação previamente formuladas e são a Dimensão, a Idade e a Certificação de Contas.

4.2.1. Dimensão

De acordo com a revisão da literatura efetuada a dimensão é uma característica organizacional, considerada como sendo um fator importante para determinar a extensão ou o grau de divulgação de informações. Foi com base neste pressuposto que formulámos a nossa primeira hipótese de investigação para verificar se se aplica às MP, ou seja, verificar se a dimensão da MP influencia ou não a divulgação de informação.

Para quantificar a variável dimensão considerou-se o total de ativos da Misericórdia constante no respetivo Balanço do ano atual (ano de 2016). No entanto, se a Misericórdia ainda só havia divulgado o Balanço do ano anterior consideramos o total do ativo desse ano.

4.2.2. Idade

Outro fator que, de acordo com alguns autores da revisão da literatura, pode influenciar a divulgação de informação é a idade da MP. Desta forma, formulámos a nossa segunda hipótese de investigação, na qual pretendemos verificar se efetivamente existe ou não uma relação entre a idade da MP e a divulgação de informação.

Para o apuramento da variável idade considerou-se o número de anos da Misericórdia, contados após a data de constituição ou da data de registo.

4.2.3. Certificação de Contas

Aquando da revisão da literatura verificou-se ainda que, alguns autores referem a existência de auditora externa como sendo outro fator que pode influenciar a divulgação de informação, uma vez que está diretamente relacionada com o cumprimento das obrigações legais.

Formulámos assim a nossa terceira hipótese de investigação para verificar se existe ou não relação entre a auditoria externa ou Certificação de Contas, e a divulgação de informação.

Nesta variável considera-se que tem certificação de contas a Misericórdia que divulgou no ano atual (2016) o item 45 - Relatório de auditoria do ano fiscal atual, ou na eventualidade de só ter divulgado as demonstrações financeiras do ano anterior divulgar o item 46 - Relatório de auditoria de anos anteriores.

Considera-se então que é uma variável dicotómica, onde 0 – Não tem certificação de contas; 1 – Tem certificação de contas.

4.3. Recolha e tratamento de dados

Para localizar o *site* de cada Misericórdia recorreu-se à base de dados da União das Misericórdias Portuguesas, bem como à pesquisa na *internet* efetuada de modo próprio na metodologia utilizada. No total, das 387 Misericórdias reconhecidas como associadas à União das Misericórdias Portuguesas, somente 287 divulgam nos *sites* institucionais.

Após a recolha dos *sites* institucionais para cada MP, analisou-se cada um dos *sites* com vista a verificar qual a informação que os mesmos continham. Os dados foram recolhidos dos *sítios Web* das misericórdias com vista ao cálculo do índice de divulgação. Esta consulta direta decorreu entre junho e setembro de 2017 e teve como objetivo verificar, para cada Misericórdia, se cada item incluído no índice é ou não divulgado.

Para efeitos de análise das demonstrações financeiras considerou-se ano atual o ano de 2016 e ano anterior o ano de 2015.

Para efetuar a análise estatística dos nossos dados e das variáveis de estudo utilizamos o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 21.0 para *Windows*.

Na primeira fase do nosso estudo, as variáveis foram sujeitas a uma análise descritiva, recorrendo às distribuições de frequência. Esta análise permite retirar as primeiras impressões sobre o nível de divulgação da informação. Posteriormente efetuou-se o estudo das correlações para as variáveis dimensão e idade, efetuou-se o teste “t” para a variável certificação de contas e o modelo da regressão linear para verificar qual a variável independente que mais influencia o IDT – índice de Divulgação Total.

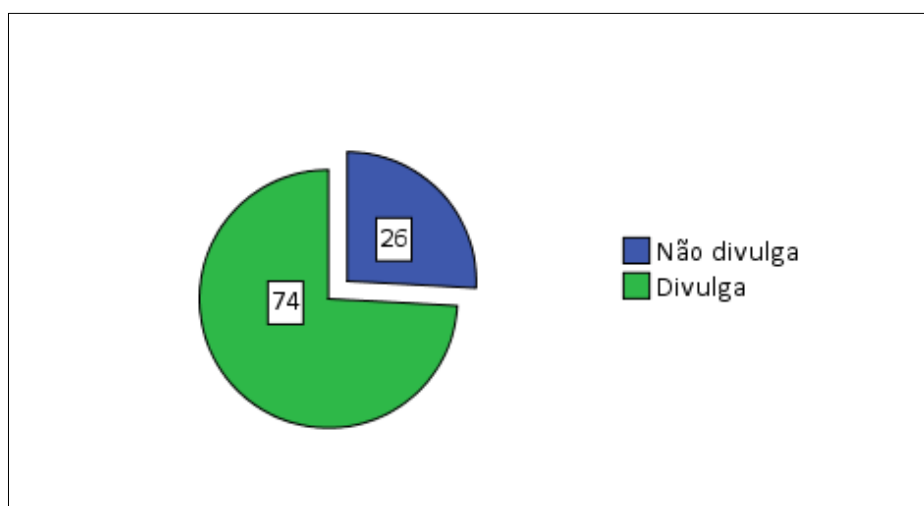
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. Caracterização da amostra

A população e a amostra podem fornecer-nos uma boa ideia sobre a eventual generalização ou não dos resultados.

A nossa amostra é constituída pelas MP que apresentam *site* institucional (287) e representa 74% do total da população. O gráfico seguinte mostra a % de MP que divulgam e não divulgam *sites* institucionais:

Gráfico 1 - Percentagens de MP com e sem *Site* Institucional



Fonte: Autora

A partir do gráfico 1 verificamos que 74% das MP têm *site* institucional e 26% não tem e mostra que a nossa amostra é representativa da população.

A tabela seguinte caracteriza o total da população e a nossa amostra (MP com *site*) quanto à localização por distrito:

Tabela 8 – Distribuição das MP por Distrito

Distrito	Total MP		Total de MP com <i>Site</i> Institucional		Total de MP sem <i>site</i> Institucional
	N.º	%	N.º	%	
Porto	21	5,4	19	6,6	2
Açores	23	5,9	15	5,2	8
Aveiro	21	5,4	19	6,6	2
Beja	16	4,1	13	4,5	3
Braga	15	3,9	12	4,2	3
Bragança	14	3,6	10	3,5	4
Castelo Branco	26	6,7	8	2,8	18
Coimbra	22	5,7	18	6,3	4
Évora	25	6,5	16	5,6	9
Faro	23	5,9	16	5,6	7
Guarda	21	5,4	14	4,9	7
Leiria	23	5,9	19	6,6	4
Lisboa	22	5,7	18	6,3	4
Madeira	5	1,3	4	1,4	1
Portalegre	24	6,2	19	6,6	5
Santarém	23	5,9	19	6,6	4
Setúbal	16	4,1	12	4,2	4
Viana do Castelo	10	2,6	8	2,8	2
Vila Real	14	3,6	10	3,5	4
Viseu	23	5,9	18	6,3	5
Total	387	100,0	287	100,0	100

Fonte: Autora

A partir da tabela apresentada verificamos que Castelo Branco é o distrito em que as MP divulgam menos *sites* (num total de 26 somente 8 divulgam), na Madeira das 5 MP 4 têm *site*, o n.º máximo de MP por distrito que divulgam *sites* é de 19 (assinalados a negrito) e o mínimo é 4 (na Madeira).

Da consulta aos *sites* conseguimos efetuar a caracterização da nossa amostra. A tabela seguinte mostra o n.º de MP por distrito e por escalão etário:

Tabela 9 – N.º de MP por Distrito e Escalão Etário

Distrito	Idade											Total
	Não divulga	<= 25 anos	26 - 81 anos	82 - 136 anos	137 - 192 anos	193 - 247 anos	248 - 303 anos	304 - 358 anos	359 - 414 anos	415 - 469 anos	>= 470 anos	
Porto	3	2	1	7	1	0	1	0	0	0	4	19
Açores	6	1	1	2	0	0	0	0	0	2	3	15
Aveiro	1	0	5	10	1	0	0	0	1	0	1	19
Beja	8	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	13
Braga	3	0	2	2	2	0	0	0	0	1	2	12
Bragança	2	0	2	1	0	0	0	0	0	3	2	10
Castelo Branco	3	0	0	1	0	0	0	1	0	1	2	8
Coimbra	0	0	2	4	0	0	1	2	1	4	4	18
Évora	3	0	0	2	1	0	0	0	0	2	8	16
Faro	6	0	2	2	0	0	0	0	0	2	4	16
Guarda	4	1	1	3	0	0	0	0	1	1	3	14
Leiria	4	3	1	2	0	0	0	3	1	1	4	19
Lisboa	2	3	3	2	0	1	0	1	0	2	4	18
Madeira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4
Portalegre	11	0	0	1	0	0	0	1	0	2	4	19
Santarém	4	0	3	1	1	0	1	0	0	4	5	19
Setúbal	7	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	12
Viana do Castelo	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	8
Vila Real	3	1	2	2	0	0	0	0	1	1	0	10
Viseu	4	0	5	1	2	0	0	1	2	0	3	18
Total	79	11	30	43	8	1	3	9	8	31	64	287

Fonte: Autora

A partir da tabela apresentada verificamos que das 287 MP em estudo 208 divulgam a idade e 79 MP não divulgam. O distrito onde se verifica um maior n.º de MP a não divulgar a idade é Portalegre (com 11 MP). O maior n.º de MP (64) enquadra-se na faixa etária dos 470 anos ou mais, enquanto que o menor n.º de MP (1) enquadra-se na faixa etária dos 193-247 anos.

A tabela seguinte apresenta o número de MP que apresentam ou não certificação de contas:

Tabela 10 – N.º de MP com e sem Certificação de Contas

Distrito	Certificação		Total
	Não tem	Tem	
Porto	8	11	19
Açores	11	4	15
Aveiro	13	6	19
Beja	13	0	13
Braga	10	2	12
Bragança	7	3	10
Castelo Branco	7	1	8
Coimbra	12	6	18
Évora	12	4	16
Faro	12	4	16
Guarda	12	2	14
Leiria	17	2	19
Lisboa	16	2	18
Madeira	3	1	4
Portalegre	17	2	19
Santarém	13	6	19
Setúbal	7	5	12
Viana do Castelo	6	2	8
Vila Real	6	4	10
Viseu	13	5	18
Total	215	72	287

Fonte: Autora

A partir da tabela apresentada verificamos que somente 72 MP divulgam certificação e 215 não divulgam. O distrito do Porto é o que tem maior n.º de MP com certificação (11), o distrito com menor n.º de MP com certificação é Beja (0). Em Lisboa das 18 MP existentes somente 2 têm certificação.

A tabela seguinte caracteriza a amostra por área de atividade:

Tabela 11 – Distribuição das MP por Área de Atividade

Área de Atividade	N.º	%
Não divulga	22	7,7
Terceira Idade	30	10,5
Infância	3	1,0
Outras	1	,3
Terceira Idade e Infância	24	8,4
Terceira Idade e Saúde	4	1,4
Terceira Idade e Outras	17	5,9
Terceira Idade, Infância e Saúde	18	6,3
Terceira Idade, Infância, Saúde e Outras	90	31,4
Terceira Idade, Saúde e Outras	17	5,9
Terceira Idade, Infância e Outras	55	19,2
Infância e Saúde	2	,7
Infância e Outras	3	1,0
Infância, Saúde e Outras	1	,3
Total	287	100,0

Fonte: Autora

A partir da tabela apresentada verificamos que: 22 MP (que representam 7,7% do total da amostra) não divulgam dados relevantes sobre as atividades que exercem e que 31,4% das MP desenvolvem atividades nas áreas da terceira idade, infância, saúde e outras, seguido da terceira idade, infância e outras com 19,2%.

5.2. Estatística Descritiva dos dados

A análise descritiva é a fase inicial deste processo de estudo dos dados recolhidos. Para Moraes (2005) “A estatística descritiva pode ser considerada como um conjunto de técnicas analíticas utilizado para resumir o conjunto dos dados recolhidos numa dada investigação, que são organizados, geralmente, através de números, tabelas e gráficos. Pretende proporcionar relatórios que apresentem informações sobre a tendência central e a dispersão dos dados. Para tal, deve-se evidenciar: valor mínimo, valor máximo, soma dos valores, contagens, média, moda, mediana, variância e desvio padrão.”

O apêndice II apresenta a estatística descritiva dos itens que compõem o IDT e o apêndice III apresenta a tabela de frequências para cada um dos itens. Ao analisar estes dois apêndices podemos obter as seguintes informações:

- Relativamente ao primeiro item – o nome da instituição- percebemos que das 287 MP que apresentavam *site* somente 276 divulgam o nome porque existiam 11 MP cujos *sites* não conseguimos aceder, ou porque estavam em manutenção ou porque continham vírus. Isto significa que da nossa amostra somente 96% das MP divulgarão informação no *site*.
- Os itens mais divulgados nos *sites* institucionais são: item 1- nome da instituição (96%), item 3 - localização (93%), item 5 - informação sobre a atividade (92%), item 2 - data de registo ou de constituição da MP (73%), item 34 - demonstração de resultados por natureza dos anos anteriores (66%), item 32 - balanço dos anos anteriores (65%), item 18 - n.º de pessoas contratadas (49%), item 7 - missão (48%), item 33 - demonstração de resultados por natureza do ano atual (48%), item 31 - balanço do ano atual (47%), item 16 - fóruns para envio sugestões (47%), item 38 - demonstração de fluxos de caixa dos anos anteriores (45%), item 4 - mensagem da direção (43%), item 30 - esclarece regras e políticas contabilísticas adotadas (41%) e item 9 - valores (40%). Todos os restantes itens estão abaixo dos 40%. O item com menor grau de divulgação é o item 24 - nomes e histórico dos membros de gestão (2%).

A partir daqui verificamos que os itens com maior grau de divulgação (com exceção do item 16 - fóruns para envio sugestões) são itens que constam nos Relatórios & Contas anuais das MP, muito embora alguns possam constar diretamente nos *sites* institucionais (fora dos relatórios de contas). Verificamos também que os itens menos divulgados são os que integram o IDRH e o IDG (com percentagens inferiores a 40%).

Relativamente aos índices de divulgação apresentamos a seguinte tabela, que inclui a divulgação em termos de soma de itens (divulgação...) e em *score* (ID...):

Tabela 12 – Estatística Descritiva dos Índices de Divulgação

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Divulgação Organizacional	287	0	15	7,27	3,127
Divulgação de RH	287	0	6	1,24	1,408
Divulgação de Gestão	287	0	4	,81	1,110
Divulgação das DF	287	0	17	5,63	5,238
Divulgação Contas Anuais	287	0	8	3,66	3,154
Divulgação Total	287	0	36	14,95	8,736
IDO	287	0,00	,88	,4278	,18395
IDRH	287	0,00	,75	,1555	,17599
IDG	287	0,00	1,00	,2021	,27753
IDDF	287	0,00	1,00	,3312	,30812
IDCA	287	0,00	1,00	,4578	,39419
IDT	287	0,00	,78	,3251	,18991
N válido (de lista)	287				

Fonte: Autora

A partir da tabela apresentada retiramos o seguinte:

- O máximo de itens divulgados do IDO foi 15 (de um total de 17) e em média as MP divulgam cerca de 43% dos itens;
- O máximo de itens divulgados do IDRH foi 6 (de um total de 8) e em média as MP divulgam cerca de 16% dos itens;
- As MP divulgam em média cerca de 20% dos itens do IDG e o máximo de itens divulgados foi de 4 (de um total de 4);
- As MP divulgam em média cerca de 33% dos itens do IDDF e o máximo de itens divulgados foi de 17 (de um total de 17);
- O máximo de itens divulgados do IDCA foi 8 (de um total de 8) e em média as MP divulgam cerca de 46% dos itens;
- Dos 46 itens que compõem o IDT o máximo de itens divulgado pelas MP foi 36, que representa 78% dos itens, e em média as MP divulgam cerca de 33%. O que indica um grau de divulgação baixo.

Como podemos constatar o índice que apresenta maior grau de divulgação é o IDCA, com 46%, seguido do IDO, com 43%. Curiosamente no IDDF e no IDCA existe coincidência entre o n.º

máximo de itens divulgados e o total de itens que compõem os índices. O IDRH é o índice que apresenta menor grau de divulgação (com cerca de 16%), seguido do IDG (com 20%).

Alguns dos itens do IDO foram divulgados nas contas anuais das MP, o que pode influenciar o grau de divulgação deste índice.

O facto do IDCA apresentar um maior grau de divulgação pode estar relacionado com a obrigatoriedade legal de divulgação das contas anuais.

A divulgação voluntária de informações financeiras tenderia a aumentar a responsabilidade pública da organização e servir como um meio para alcançar os seus objetivos estratégicos. No entanto tais argumentos não parecem ser suficientemente persuasivos para a maioria das instituições, uma vez que o IDT, como referido atrás, apresenta uma média de 33%.

A seguir apresentamos a tabela de estatísticas descritivas das variáveis independentes:

Tabela 13 – Estatística Descritiva das Variáveis Independentes

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Dimensão	160	47 810,14 €	258 692 533,17 €	8 671 322,12 €	21 156 117,07 €
Idade	208	11	525	290,88	195,527
Certificação	287	0	1	,25	,434
N válido (de lista)	132				

Fonte: Autora

Da análise efetuada à tabela verificamos que:

- Existem 160 misericórdias que apresentam informação para serem caracterizadas quanto à dimensão, sendo que o total de ativos enquadra-se no intervalo de 47.000 – 259.000.000 euros. A média do total de ativos das MP é de cerca de 8.700.000 euros. Aqui é evidenciado um grande desvio na média das dimensões das MP (cerca de 21 milhões de euros). Outro aspeto a considerar é que a dimensão é apurada com base no total de ativos das MP, ou seja, é preciso que as MP divulguem o balanço anual (daí a nossa amostra válida ser de 160 MP). Assim, pode eventualmente haver uma relação entre a dimensão e o IDDF e o IDCA, porque o balanço anual é um item comum aos dois;

- Existem 208 misericórdias analisadas para a variável idade em que o mínimo de anos que têm são 11 e o máximo 525. A média da idade é aproximadamente 291 anos. Nesta variável também se verifica um grande desvio para a média das idades das MP (cerca de 196 anos);
- Existem 287 misericórdias analisadas para a variável certificação, em que 0 significa que as MP não têm certificação e 1 que têm. A média é de 0,25 (que é bastante inferior a 1), ou seja, 75% das MP não tem certificação. O desvio desta variável é de cerca de 43%, o que também consideramos muito acentuado. O facto de existir uma percentagem tão elevada de MP sem certificação pode estar relacionada com a dimensão das MP, uma vez que só atendendo a determinados critérios é que as MP ficam sujeitas a certificação, conforme o descrito em 3.2. Esta variável pode, eventualmente ter uma relação direta com o IDDF, uma vez que é um dos itens comum a esse índice.

5.3. Correlações

Perante a necessidade de analisar a relação entre as variáveis **idade** e **dimensão** e os diferentes índices foi realizada uma análise de correlações. Esta utiliza-se quando se pretende analisar a relação entre variáveis de escala. Para medir o grau de correlação entre duas variáveis quantitativas estão disponíveis alguns coeficientes de correlação, entre os quais, o Coeficiente de Correlação de *Pearson*. O coeficiente de correlação pode variar entre -1 e 1 (Maroco, 2007). Quando as amostras são independentes o valor do coeficiente será próximo de zero ou mesmo zero. Este coeficiente tem uma interpretação direta: ele mede a percentagem de variabilidade de uma das variáveis explicada pela outra.

De acordo com Pestana e Gageiro (2003) “por convenção sugere-se que R menor 0,2 indica uma associação muito baixa; entre 0,2 e 0,39 baixa; entre 0,4 e 0,69 moderada; entre 0,7 e 0,89 alta; e por fim entre 0,9 e 1 uma associação muito alta”.

Maroco (2007) refere que, de acordo com a teoria da decisão, as hipóteses do teste do Coeficiente de Correlação de *Pearson* para um teste bilateral são:

- **Hipótese Nula** (H_0): $r = 0$ (não existe correlação entre as variáveis)
- **Hipótese Alternativa** (H_1): $r \neq 0$ (existe correlação entre as variáveis)

Ainda de acordo com Maroco (2007) o nível de significância 0,05 é geralmente usado para “ (...) decidir se algo é realmente representativo da população teórica ou não. Outros níveis de significância usados com frequência são 0.1 e 0.01”.

A tabela seguinte resume os resultados constantes no apêndice IV e apresenta os resultados da correlação entre a variável **dimensão** e os **índices de divulgação**:

Tabela 14 - Coeficiente de Correlação de *Pearson* (r) para a Variável Dimensão e os Índices

n = 160	DIMENSÃO	IDO	IDRH	IDG	IDDF	IDCA	IDT
DIMENSÃO	1						
IDO	,182*	1					
IDRH	,118	,446**	1				
IDG	,184*	,344**	,446**	1			
IDDF	,174*	,362**	,646**	,584**	1		
IDCA	,117	,350**	,623**	,550**	,951**	1	
IDT	,233**	,690**	,765**	,673**	,907**	,866**	1

Legenda: * A correlação é significativa no nível 0,05;

** A correlação é significativa no nível 0,01.

A tabela 14 mostra que para o IDO, IDG, IDDF e IDT r situa-se no intervalo entre 0,2 a 0,39, o que representa que existe uma associação baixa entre as variáveis e que se rejeita H_0 . As correlações são significativas e positivas no nível de 0,01 para o IDT ($r = 0,233$). Ao nível 0,05 a correlação é significativa positiva para o IDO ($r = 0,182$), para o IDG ($r = 0,184$) e para o IDDF ($r = 0,174$).

Para o IDRH e para IDCA embora a correlação seja positiva, a associação entre as variáveis é muito baixa, e podemos afirmar que não existe evidência estatística de qualquer correlação significativa.

Havendo uma correlação com significância positiva implica que à medida que aumenta a dimensão da MP aumenta também a divulgação de informação quer financeira (IDDF) quer de performance (IDO e IDG), e consequentemente do IDT também.

A tabela seguinte resume os resultados constantes no apêndice IV e apresenta os resultados da correlação entre a variável idade e os índices de divulgação:

Tabela 15 - Coeficiente de Correlação de *Pearson* (r) para a variável Idade e os Índices

n = 208	IDADE	IDO	IDRH	IDG	IDDF	IDCA	IDT
IDADE	1						
IDO	,121	1					
IDRH	-,008	,446**	1				
IDG	-,020	,344**	,446**	1			
IDDF	-,005	,362**	,646**	,584**	1		
IDCA	,020	,350**	,623**	,550**	,951**	1	
IDT	,031	,690**	,765**	,673**	,907**	,866**	1

Legenda: ** A correlação é significativa no nível 0,01.

A tabela 15 mostra que não existe evidência estatística da existência de qualquer correlação com significância entre a variável idade e os vários índices, uma vez que os valores de r estão distantes de -1 e 1. O IDO (com $r = 0,121 < 0,2$) é o que apresenta uma correlação muito baixa positiva, mas sem significância estatística. O mesmo acontece com o IDCA, a correlação não tem significância, mas existe uma associação muito baixa positiva. Daqui resulta então que quanto mais idade tem a MP maior o grau de divulgação do IDO e do IDCA. Já no IDG verifica-se uma associação muito baixa negativa, que implica que quanto mais idade tem a MP menos divulga. Os valores do IDRH e IDDF estão até muito próximos de 0 o que pode significar que se aceite H_0 , ou seja, de se verificar que não existe correlação entre as variáveis.

5.4. Teste “t”

O Teste “t” é apropriado para comparar as médias de uma variável quantitativa entre dois grupos independentes. Para amostras de dimensão iguais ou inferiores a 30 teríamos que efetuar testes de normalidade *Kolmogorov – Smirnov* (Pestana & Gageiro, 2003). Da mesma forma Maroco (2007) refere que “(...) para amostras de grande dimensão o teorema do limite central assegura que a distribuição *t-Student* se aproxima de $N(0,1)$. Assim, e de um modo geral, para $n > 30$, pode assumir-se que a estatística do teste $T \sim N(0,1)$ ”.

As hipóteses do teste *Levene* de igualdade de variâncias são:

- **Hipótese Nula (H_0):** As variâncias dos dois grupos são iguais.
- **Hipótese Alternativa (H_1):** As variâncias dos dois grupos são diferentes.

As hipóteses do teste “t” para igualdade de médias entre amostras independentes são:

- **Hipótese Nula (H_0):** As médias dos dois grupos são iguais.
- **Hipótese Alternativa (H_1):** As médias dos dois grupos são diferentes.

A tabela seguinte resume o apêndice V e mostra os resultados do teste “t” para as variáveis certificação de contas e os índices de divulgação:

Tabela 16 - Diferença de grupos para Certificação de Contas entre Tem e Não tem

Certificação de Contas	Tem		Não tem		t	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão		
IDO	,4918	,15806	,4063	,18732	3,481	***
IDRH	,2778	,18673	,1145	,15201	6,711	***
IDG	,3646	,33287	,1477	,23306	5,125	***
IDDF	,6601	,20549	,2211	,25353	14,755	***
IDCA	,7986	,24516	,3436	,36817	11,887	***
IDT	,5057	,14323	,2646	,16352	11,158	***

Legenda: *** p -value < 0,001

A partir da apresentada podemos verificar que, de acordo com o teste “t”, as diferenças observadas para a certificação dos dois grupos (das que têm e não têm) são estatisticamente significativas. Sendo p -value < 0,001 para os índices de divulgação, então p < 0,05, rejeitamos H_0 em favor de H_1 e concluímos, com uma probabilidade de erro de 5%, que a média das MP que têm certificação é superior (em todos os índices de divulgação) à média das MP que não têm. Podemos então referir que as diferenças das médias apuradas são altamente significativas, com uma probabilidade inferior a uma milésima de serem devidas ao acaso (p < 0,001).

Nos índices de divulgação em que a variável certificação faz parte (no IDDF e no IDT) a diferença de médias é mais significativa. No entanto, salientamos a extrema significância do teste “t” constante no apêndice V (p -value = 0,000), em defesa dos resultados obtidos.

Verifica-se ainda que no IDCA o desvio padrão das médias é de cerca de 37%, ou seja, este é o índice que apresenta maior diferença de médias entre as MP que têm certificação de contas e

as que não têm. Verifica-se que em média as MP que têm certificação têm maior grau de divulgação do IDCA que as que não têm.

A partir da análise dos resultados do teste “t” verificamos também que o facto das MP terem certificação de contas implicará uma maior divulgação de informação financeira (visível nos resultados do IDDF e IDCA) do que divulgação de informação relacionada com a *performance* (IDO, IDRH e IDG). Eventualmente poderá estar também relacionado com a questão da divulgação de informação obrigatória, ou seja, com a obrigatoriedade legal de divulgação das Contas Anuais e respetivas demonstrações financeiras.

5.5. Modelo de Regressão Linear Múltipla

Utilizámos o método da Regressão Linear Múltipla que nos permitiu encontrar a reta que melhor representa a relação entre variáveis, e verificar se o modelo do qual partimos é ou não significativo. Assim, formulámos a hipótese de que as variáveis independentes influenciam a variável dependente.

De acordo com Maroco (2007) a regressão linear “define um conjunto vasto de técnicas estatísticas usadas para modelar relações entre variáveis e prever o valor de uma variável dependente (ou de resposta) a partir de um conjunto de variáveis independentes (ou predictoras)”. Para Pestana e Gageiro (2003) o modelo de regressão linear múltipla “requer que as variáveis sejam de níveis de intervalo ou rácio e que a relação entre elas seja linear e aditiva”.

Apesar das variáveis utilizadas nos modelos de regressão serem de um modo geral quantitativas, podem incluir-se variáveis explicativas nominais, utilizando variáveis *dummy*, conforme o referido por Maroco (2007) e por Pestana e Gageiro (2003).

O modelo de regressão linear múltipla com p variáveis explicativas é definido da seguinte forma:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 x_{i1} + \beta_2 x_{i2} + \dots + \beta_p x_{ip} + \varepsilon_i,$$

em que:

- y_i = variável explicada;
- $x_{i1}, x_{i2} \dots x_{ip}$ = variáveis explicativas;

- $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_p$ = coeficientes de regressão;
- ε_i = erro.

No sentido de identificar os determinantes do IDT, a equação que nos propomos testar é a seguinte, para $n=132$:

$$IDT = \beta_0 + \beta_1 \text{certificação} + \beta_2 \text{dimensão} + \beta_3 \text{idade}$$

A tabela 17 representa o resumo dos modelos de regressão linear e a tabela 18, a ANOVA, é representativa do ajustamento dos modelos, estimados através do método *enter*.

Tabela 17 – Resumo do Apuramento da Regressão Linear para a Variável IDT e as Variáveis Independentes

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
					Alteração de R ²	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
1	,377 ^a	,142	,136	,12821	,142	21,548	1	130	,000	
2	,411 ^b	,169	,156	,12666	,027	4,186	1	129	,043	
3	,411 ^c	,169	,150	,12715	,000	,016	1	128	,898	2,067

Legenda: a. Preditores: (Constante), Certificação

b. Preditores: (Constante), Certificação, Dimensão

c. Preditores: (Constante), Certificação, Dimensão, Idade

O coeficiente e correlação (R) mede a força da relação entre as duas variáveis e o sinal indica que, nos 3 modelos, a relação é diretamente proporcional (tem sinal positivo). No modelo 1 temos uma relação linear baixa e no modelo 2 e 3 já é moderada⁹, tal como indicado por Pestana e Gageiro (2003). O coeficiente de determinação (R²) é utilizado para medir a qualidade de ajustamento do modelo de regressão aos dados e fornece a capacidade preditiva do modelo, ou seja, diz qual a proporção da variação total que é explicada pela relação entre x e Y. O valor do coeficiente de determinação ajustado é usado na regressão linear múltipla para comparar modelos com diferentes quantidades de variáveis independentes, que é o que nos interessa. Desta forma, o modelo 1 indica que 13,6% do IDT é explicado pela variável independente presente no modelo de regressão, ou seja, a certificação. No segundo modelo 15,6% do IDT é explicado pelas variáveis independentes (certificação e dimensão). No modelo 3 o IDT é explicado pelas variáveis independentes (certificação, dimensão e idade) em 15%.

⁹ Classificação de acordo com o mencionado no ponto 5.3.

Estes valores são indicadores importantes da capacidade do modelo para explicar o grau de divulgação do IDT.

O teste de *Durbin-Watson* verifica se existe autocorrelação (ou covariância nula) dos resíduos e de acordo com Pestana e Gageiro (2003), para valores próximos de 2 não existe correlação dos resíduos. Desta forma, como o resultado do teste de *Durbin-Watson* foi de 2,067, está próximo de 2 pelo que podemos afirmar que não existe correlação dos resíduos.

Tabela 18 - ANOVA Representativa do Ajustamento do Modelo do Apuramento da Regressão Linear das Variáveis Independentes para o IDT

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
Regressão	,354	1	,354	21,548	,000 ^a
1 Resíduos	2,137	130	,016		
Total	2,491	131			
Regressão	,421	2	,211	13,131	,000 ^b
2 Resíduos	2,070	129	,016		
Total	2,491	131			
Regressão	,422	3	,141	8,693	,000 ^c
3 Resíduos	2,069	128	,016		
Total	2,491	131			

Legenda: a. Preditores: (Constante), Certificação

b. Preditores: (Constante), Certificação, Dimensão

c. Preditores: (Constante), Certificação, Dimensão, Idade

O teste F avalia a importância relativa dos resíduos devido à entrada de uma nova variável sobre os resíduos da regressão sem esta variável. A partir da tabela apresentada verificamos que $F(1,130) = 21,548$ e $P < 0,001$ no modelo 1; $F(2,129) = 13,131$ e $p < 0,001$ no modelo 2 e $F(3,128) = 8,693$ e $p < 0,001$ no modelo 3. Estes resultados indicam-nos que, para um nível de significância de 5%, as variáveis independentes dos modelos 1 e 2 e 3 influenciam o nível de divulgação total das MP, ou seja, pode-se dizer que pelo menos uma das variáveis independentes possui um efeito significativo sobre a variação da variável dependente. Desta forma, rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que os 3 modelos são significativos (as variáveis independentes influenciam a variável dependente), ou seja, nos 3 modelos o *p-value* (sig.) $< 0,05$. Embora individualmente as variáveis certificação, dimensão e idade possam ter uma influência diferente, quando incorporadas num modelo de regressão exprimem o seu

contributo e a sua influência perante a presença de cada uma delas em simultâneo ou em substituição uma das outras como nos é apresentado pelo método utilizado.

No teste F, quanto maior for o valor de F, maior será a evidência da inclusão da variável x no modelo. A partir da tabela apresentada verificamos que o modelo que apresenta um maior F é o modelo 1, ou seja, a certificação.

Nesta fase pretende-se avaliar se algumas das variáveis independentes podem ou não influenciar a variável dependente e verificar se os modelos ajustados aos dados são ou não significativos. Desta forma, pretende-se testar as seguintes hipóteses:

$$H_0: \beta_1 = \beta_2 = \dots = \beta_k = 0$$

H_1 : Existe pelo menos um $\beta \neq 0$

Tabela 19 - ANOVA Representativa dos Coeficientes (beta) das Variáveis em Estudo.

Modelo ^a	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
	B	Modelo padrão	Beta			Tolerância	VIF
1	(Constante)	,422	,015	28,488	,000		
	Certificação	,105	,023	,377	4,642	,000	1,000
2	(Constante)	,416	,015	27,897	,000		
	Certificação	,097	,023	,351	4,314	,000	,975
	Dimensão	9,970E-10	,000	,166	2,046	,043	,975
3	(Constante)	,418	,023	18,129	,000		
	Certificação	,097	,023	,350	4,262	,000	,964
	Dimensão	1,007E-09	,000	,168	2,034	,044	,952
	Idade	-7,290E-06	,000	-,010	-,128	,898	,971

Legenda: a. Variável dependente: IDT

Para confirmar a ausência de multicolinearidade recorreu-se ao Fator de Inflação da Variância – VIF (*Variance Inflation Factor*). Quando VIF maior que 10 é sinal de que existem problemas com a estimação dos coeficientes de regressão devido à presença de multicolinearidade. Outra medida utilizada para diagnosticar a presença de multicolinearidade é a tolerância (*tolerance*). Quando esta apresenta valores próximos de 1 significa que existe um baixo grau de multicolinearidade entre as variáveis (Pestana & Gageiro, 2003). Os valores para o teste VIF e a

tolerância estão representados na tabela apresentada. Verifica-se que todos os valores do VIF são menores que dez e os valores da tolerância são próximos de um, pelo que podemos concluir pela ausência de problemas de multicolinearidade para os 3 modelos.

A partir da tabela apresentada podemos concluir que para uma probabilidade de erro de 5%, as variáveis dimensão e certificação afetam significativamente o IDT, dado que apresentam *p-values* de 0,000 (certificação) no modelo 1, de 0,000 (certificação) e de 0,043 (dimensão) no modelo 2. O sinal de beta indica se o relacionamento entre as variáveis é positivo ou negativo, e verificamos que no modelo 1 e 2 todas as variáveis têm sinal positivo (relação positiva) e no modelo 3 somente a idade tem sinal negativo (relação negativa). Nos modelos 1 e 2 rejeita-se H_0 e conclui-se com um nível de significância inferior a 5% que existe pelo menos um beta diferente de 0, ou seja, existe relação linear entre o IDT e pelo menos uma variável independente. No modelo 3 a idade tem um *p-value* $>0,05$, pelo que não se rejeita H_0 e dizemos que todos os betas são iguais a 0. Não existe relação linear entre o IDT e as variáveis independentes.

Através do modelo da regressão linear múltipla estimamos a influência das variáveis independentes dimensão, certificação de contas e idade sobre a variável dependente IDT.

A partir dos resultados obtidos no modelo de apuramento da regressão para a variável dependente e do teste ANOVA (teste F), verificamos que o modelo 2 é o que se apresenta mais significativo (15,6% da variável dependente é explicada pelas variáveis independentes dimensão e certificação) e que exercem um efeito positivo significativo sobre o IDT. No modelo 1 verificamos que a certificação explica em 13,6% o IDT e que exerce um efeito positivo significativo sobre o mesmo. No modelo 3 não existe uma relação linear entre o IDT e as variáveis independentes pelo que não cumpre uma das premissas básicas do modelo de regressão linear, desta forma não devemos acrescentar a variável idade ao modelo de regressão.

Para sintetizar, podemos dizer que foi utilizada a regressão linear múltipla para verificar se a certificação de contas, a dimensão e a idade são capazes de prever o IDT. A análise resultou num modelo estatisticamente significativo em que $F(2,129) = 13,131$; $p < 0,001$; R^2 ajustado = 0,156. Onde, a certificação (Beta = 0,351; $t = 4,314$; $p < 0,001$) e a dimensão (Beta = 0,166; $t = 2,046$; $p < 0,05$) são previsores do IDT.

Assim, pelos valores apresentados para os 3 modelos e, pelo que referimos anteriormente, propomos a seguinte equação de regressão linear:

$$\text{IDT} = 0,416 + 0,097 * \text{certificação} + 0,00000000997 * \text{dimensão}$$

De acordo com este modelo verifica-se que as variáveis que mais influenciam o IDT são a certificação e a dimensão da MP. Existe uma relação linear positiva moderada entre as variáveis e as correlações são significativas e positivas ao nível de 0,05.

5.6. Discussão das Hipóteses

Este estudo analisou as relações entre as características organizacionais (de performance e financeiras) e a extensão da divulgação das MP. As relações positivas significativas entre algumas características organizacionais e os índices de divulgação indicam que algumas características são importantes para a divulgação de informação das MP.

Para validar os resultados que obtivemos com a aplicação dos testes estatísticos procedemos, de seguida, à discussão das hipóteses definidas no ponto 3.2, tentando validá-las, tendo por base os resultados obtidos pelos vários autores e apresentados aquando da revisão de literatura.

A estatística descritiva deve ser analisada para as variáveis dependentes e independentes. A partir da estatística descritiva os resultados indicam que as MP dão mais ênfase à divulgação de informações relacionadas com dados financeiros, e menos ênfase à divulgação de informações de itens como informações sobre *governance*, número de funcionários, objetivos, planos de atividades e orçamentos, o que é consistente com o estudo efetuado por Ainul, Wan, Razali, Arshad & Omar (2013).

Para testar se existe uma relação entre as variáveis independentes, devemos recorrer à correlação de *Pearson* bi-variada (Zunker, 2011). O uso de um modelo para relacionar as múltiplas variáveis com a divulgação é bastante comum. Desta forma, recorreu-se ao modelo da regressão linear usando três modelos para relacionar o IDT com as variáveis independentes. A partir do modelo de regressão linear verificou-se que 15,6% da variável dependente (IDT) é explicada pelas variáveis independentes dimensão e certificação, ou seja, um aumento da dimensão e da certificação tem um efeito positivo no grau de divulgação (do IDT). A possível existência de multicolinearidade foi testada neste estudo. O cálculo do fator de inflação variância (VIF) para todas as variáveis independentes foram abaixo de 2. Assim, estes

resultados suportam a falta de presença de multicolinearidade nos modelos, o que é consistente com o efetuado por Atan *et al.*, (2012).

Para testar a nossa *H1* verificámos se existia correlação entre a dimensão e a divulgação de informação. Para o efeito utilizamos a correlação de *Pearson*. Alguns autores revelam uma relação positiva entre a dimensão organizacional e os níveis de informação divulgadas (Angonese *et al.*, 2014; Atan *et al.*, 2012; Umoren & Asogwa, 2013). As relações positivas significativas entre a dimensão e os índices de divulgação indicam que organizações maiores podem potencialmente melhorar a sua divulgação. Daí que, as organizações menores precisem de alguma orientação para aumentar o grau de divulgação (Bakar, Arshad, Azman & Omar, 2013).

Quando o fator de influência é a dimensão as MP divulgam mais informação não financeira (visível na correlação de *Pearson*, no IDG e no IDO). No entanto esta diferença não é significativa tendo em consideração a mesma correlação para o IDDF. Uma vez que a correlação é significativa positiva para o IDDF, os resultados sugerem que as organizações maiores divulgam mais nos relatórios anuais como um mecanismo de comunicação e como parte de sua estratégia de gestão dos relacionamentos de dependência com os seus *stakeholders* atuais e potenciais. Uma gestão eficaz das relações inter-organizacionais é importante para garantir o fluxo contínuo de recursos financeiros e outros para as MP. As relações significativas entre a dimensão e a extensão das divulgações neste estudo significam que divulgações abrangentes nos relatórios anuais são fundamentais para uma gestão eficaz dessas relações (Arshad, Bakar, Sakri & Omar, 2012).

De acordo com Dâmaso & Lourenço (2011) as grandes organizações têm mais incentivos para efetuar a divulgação na *internet*, para mostrar o seu ótimo desempenho e transparência e simultaneamente, promover uma concorrência vigorosa e ter mais visibilidade perante os seus *stakeholders*. De igual forma Ahmed (2012) e Basuony e Mohamed (2014) referem que a divulgação acarreta custos e as organizações menores podem considerar-se em desvantagem competitiva em relação às grandes organizações, uma vez que estas têm maiores possibilidades para apresentarem uma informação mais detalhada. A dimensão da organização é considerada a variável mais significativa quando se destina a analisar as diferenças entre as organizações no que diz respeito à sua política de divulgação de informações financeiras (Foster, 1986). Desta forma espera-se que as organizações maiores estejam associadas a divulgações mais abrangentes nos seus relatórios anuais (Christensen & Ebrahim, 2006; Atan, *et al.*, 2012).

As grandes organizações poderão ser mais complexas e então, podem precisar de divulgar mais informação para diminuir o grau de complexidade perante os *stakeholders* (Gandia, 2003). As organizações crescem e tornam-se mais visíveis. Dessa forma, atraem mais atenção de entidades externas (Saxton *et al.*, 2011). Tremblay-Boire e Prakash (2014) referem ainda que, as organizações de maior dimensão são mais propensas a ser analisadas pelo público, pelo que são mais tendentes a divulgar mais informações voluntariamente. Já para Trussel e Parsons (2007) a dimensão pode estar diretamente relacionada com a capacidade da OSFL para atrair receitas.

Neste sentido, tendo por base os resultados obtidos, poderemos, tal como os autores anteriormente referidos, validar a hipótese *H1*.

Da mesma forma, para testar a nossa *H2*, utilizámos a correlação de *Pearson* para verificar se existia correlação entre a idade e a divulgação de informação. Alguns autores estabelecem uma relação negativa entre a idade e a divulgação, ou seja, quanto mais jovens as organizações mais divulgam. Para alguns autores (Hambrick & Finkelstein, 1987; Bennett & DiLorenzo, 1994; Trabelsi *et al.*, 2008; Saxton & Guo, 2009) as organizações mais novas são mais prováveis de recorrer a mecanismos de divulgação *Web* porque há uma maior assimetria de informação entre os *insiders* e *outsiders* da organização, o que as leva a divulgar voluntariamente mais informação para colmatar o fosso. De igual forma Hambrick e Finkelstein (1987) referem que existe uma menor probabilidade das organizações mais velhas serem inovadoras na adoção de novas tecnologias. Outros estudiosos põem a hipótese oposta: as organizações mais velhas tiveram mais tempo para verificar o poder dos vários *stakeholders* e devem divulgar mais (Tremblay-boire & Prakash, 2014). Já para Umorene e Asogwa (2013) não foi encontrada associação significativa entre a idade da organização e o nível de divulgação. Os resultados empíricos são, então diversos.

Tendo por base os resultados obtidos, contrariamente ao verificado por alguns autores anteriormente referidos, teremos de rejeitar a hipótese *H2*.

Para a *H3*, através do teste “*t*”, testamos a hipótese de existir diferença entre as médias das MP com certificação de contas e sem certificação de contas. Pretendemos saber se a média das MP com certificação de contas que divulgam informação nos seus *sites* é superior ou não às que não têm. Quando o fator de influência é a certificação podemos referir que as MP divulgam mais informação financeira, visível no IDCA e no IDDF. A revisão da literatura revela que a existência de uma auditoria externa proporciona o aumento da divulgação (Atan *et al.*, 2012; Yetman & Yetman, 2011). Esta está significativamente relacionada com a adoção de

medidas de divulgação obrigatória. Os auditores independentes, verificam as demonstrações financeiras e expressam a sua opinião sobre elas de forma a que as demonstrações financeiras estejam isentas de distorções materialmente relevantes (Yetman & Yetman, 2011). Bakar *et al.*, (2013) referem que os auditores colocam mais ênfase em assegurar a conformidade da divulgação obrigatória. Acredita-se que sujeitando os relatórios financeiros das OSFL aos requisitos dos auditores, a responsabilização dessas organizações aumentaria aos olhos do público e ao mesmo tempo aumentariam os poderes dos reguladores para evitar a ocorrência de fraude financeira no setor não lucrativo (Bakar *et al.*, 2013). Para Atan *et al.* (2012) a existência de auditoria externa aumenta a probabilidade da existência de relatórios financeiros de qualidade, a responsabilização e a transparência.

A partir do modelo de regressão linear verificou-se que 13,6% da variável dependente (IDT) é explicada pela variável independente certificação, ou seja, um aumento da certificação tem um efeito positivo no grau de divulgação (do IDT). O índice de divulgação está relacionado com a inclusão de demonstrações financeiras auditadas no relatório anual. Isto é razoável, considerando que é necessária informação financeira para demonstrar um nível básico de prestação de contas (Whittaker, 2013). Neste sentido, o auditor externo atua como uma ferramenta para a qualidade da comunicação e desempenha um papel importante no que refere às práticas de divulgação (Atan *et al.*, 2012).

Yetman e Yetman (2011) sugerem que uma organização auditada poderá divulgar mais medidas de desempenho, de acordo com o recomendado por organismos profissionais e referem que as demonstrações financeiras auditadas das OSFL poderão ser mais precisas.

Assim, tendo por base os resultados obtidos, poderemos, tal como os autores anteriormente referidos, validar a hipótese *H3*.

Desta forma podemos dizer que conseguimos validar que existem evidências estatísticas da existência de uma relação entre a divulgação de informação, a dimensão e a certificação de contas das MP e validamos as hipóteses *H1* e *H3*. No entanto, não conseguimos estabelecer nenhuma relação com significância estatística entre a divulgação de informação e a idade das MP, pelo que rejeitamos *H2*. Essa questão tem a ver com o facto de no caso português e em particular no caso das MP, estas organizações possuem uma média de idade muito elevada e, por tal, essa variável não consegue ser diferenciadora e facilitadora para influenciar uma variação da informação a divulgar.

Podemos sintetizar e referir que as Misericórdias divulgam informação financeira e de *performance* nos seus *sites* e que os principais influenciadores são a certificação de contas

(existência de auditor externo) e a dimensão. O fator de influência dimensão implica uma maior divulgação de informações não financeiras ou de *performance*, no entanto esta diferença não é significativa. Quando o fator de influência é a certificação implica uma maior divulgação de informações financeiras. Assim, e de acordo com o modelo de regressão linear múltipla, como o fator com maior efeito no IDT é a certificação, este indicará um maior nível de divulgação de informação financeira das MP.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

6.1. Conclusões

As Misericórdias, enquanto organizações de cariz social e religioso no âmbito do Terceiro Setor, assumem especial importância no panorama económico português. Como tal, assistimos a uma crescente procura de informação financeira, não financeira e de *performance* sobre as mesmas. Estas, por imposições legais, devem publicar as suas contas nos seus próprios *sites* institucionais e submetê-las à Segurança Social (órgão da tutela) numa plataforma eletrónica, o que demonstra o papel atual da *internet* como ferramenta de divulgação de informação e de *interface* comunicativo entre instituições.

Ao efetuar a revisão da literatura podemos verificar que existem algumas teorias como a teoria institucional e a teoria dos *stakeholders* que fundamentam o aumento da divulgação de informação, que é cada vez mais publicada na *internet*. De igual forma verificamos a existência de alguns fatores relevantes que podem influenciar a divulgação das MP como a dimensão, a idade e a certificação de contas (existência de auditoria externa).

Como metodologia de investigação efetuou-se uma análise de conteúdo quantitativa, recorrendo a *checklists*, desenvolvendo para o efeito um IDT. A partir do desenvolvimento deste índice procedeu-se à análise de cada *site* divulgado pelas MP de forma a efetuar a verificação de quais os itens que eram divulgados.

Das 387 Misericórdias divulgadas pela UMP somente 287 divulgaram *site*. Estas constituíram a nossa amostra. O tratamento estatístico mostrou que podemos estabelecer uma correlação com significância estatística entre a dimensão e a divulgação de informação (para o IDO, IDG, IDDF e IDT) e que não podemos estabelecer nenhuma correlação estatisticamente significativa entre a idade e a divulgação de informação. A partir do teste “t” verificámos que, relativamente aos índices de divulgação, a média das MP com certificação de contas é superior

às que não têm certificação (para todos os índices), e validámos a nossa hipótese. A partir do modelo de regressão linear verificámos que as variáveis certificação de contas e dimensão são as que mais influenciam o IDT. Verificámos, ainda, que acrescentar a variável idade ao modelo de regressão linear implicaria a não linearidade do modelo, pelo que rejeitámos o modelo que incluía as três variáveis independentes (certificação de contas, dimensão e idade). Quando o fator de influência é a dimensão verifica-se que a divulgação de informações de performance é relativamente superior à divulgação de informações financeiras. Isto implica dizer que a dimensão influencia a divulgação de informação, ou seja, à medida que aumenta a dimensão da MP aumenta também quer a divulgação de informação de performance (IDO e IDG) quer a financeira (IDDF), e consequentemente do IDT também, até porque as MP maiores têm mais meios técnicos e humanos para o efetuar. De igual forma, verificamos que a certificação de contas influencia a divulgação de informação, ou seja, a existência de um auditor externo nas MP implica o maior cumprimento dos requisitos legais, o que leva ao aumento da divulgação dos Relatórios de Contas (R&C) anuais das MP, e estes englobam elementos financeiros e de *performance*. Uma vez que, a partir do modelo de regressão linear, verificámos que o fator que mais influencia o IDT é a certificação de contas, podemos então dizer que as MP com certificação legal (ou auditoria externa) divulgam mais informação financeira. Relativamente à idade podemos dizer que esta não constitui um fator importante para o aumento da divulgação de informação das MP e constatar ainda, que embora as MP tenham uma idade média de cerca de 291 anos, em que as mais novas têm cerca de 11 anos e as mais antigas 525, a idade não é um fator diferenciador, ou seja, esta tipologia de OSFL não se diferencia pela idade mas por outros fatores que têm mais influência na divulgação.

Os dados e a evidência estatística permitem-nos concluir, relativamente às questões formuladas e à questão de investigação de partida que:

Cerca de 26% da população em estudo não divulga *site* institucional o que nos indica logo que estas estão em incumprimento das normas legais;

As Misericórdias com *site* institucional (amostra em estudo), efetivamente, divulgam informação nos seus *sites*, mas a um nível baixo, uma vez que em média a divulgação dos itens do IDT é de 33%;

Quanto ao tipo de informação que é divulgada nos sítios *web* das Misericórdias podemos afirmar que se centra na divulgação de informação financeira e de *performance*. Pela análise da estatística descritiva verificámos que o IDCA é o índice com maior grau de divulgação (46%), seguido do IDO (com 43%);

Relativamente aos fatores influenciadores da informação divulgada pelas Misericórdias podemos afirmar que a dimensão e a certificação representam os nossos fatores de influência do IDT, e podemos acrescentar que, após a análise efetuada ao modelo de regressão linear múltipla, a certificação tem um efeito maior que a dimensão no IDT;

No que concerne à natureza financeira ou não financeira da informação, verificámos, a partir da correlação de *Pearson* e do teste “t”, que as MP divulgam mais informação financeira (contida nas demonstrações financeiras). Desde logo esse facto foi visível pelas percentagens de itens divulgados do IDCA (46%), e no teste “t” em que o IDCA e o IDDT são os índices com maior média de divulgação nas MP com certificação.

Concluímos, efetivamente, que as Misericórdias Portuguesas divulgam informação financeira e de performance nos seus *sites* institucionais. No entanto, uma vez que têm como principal fator influenciador da divulgação de informação a Certificação de Contas, divulgam mais informação financeira. A certificação de contas (existência de auditoria externa) leva-as a ter uma atitude de isomorfismo coercivo e normativo, no cumprimento dos requisitos legais e na divulgação das contas anuais nos seus *sites* institucionais conforme a legislação em vigor, confirmando a premissa apontada pela teoria institucional. Verifica-se que a maioria das MP que divulga informação o faz no sentido de cumprir com os requisitos legais, ainda não se aperceberam das vantagens que teriam se efetuassem uma maior divulgação voluntária de informação, no sentido de aumentar a credibilidade, a transparência, a captação de receitas e de alcançar mais facilmente os objetivos estratégicos da instituição, tornando-se desta forma mais sustentáveis e menos dependentes do Estado.

Neste sentido, será também importante referir que, um dos contributos para a gestão desta investigação está ligada à construção do índice de divulgação que teve em consideração as especificidades do setor, que pode servir como fio condutor de influência dos decisores (os órgãos de gestão das MP) na divulgação a realizar e simultaneamente leva-los a modificar a sua estratégia de comunicação com os *stakeholders* e olhar para a divulgação *web* como um meio para aumentar a transparência da informação divulgada perante a sociedade e as outras organizações, criando uma aproximação social e melhorando a imagem da própria Misericórdia.

6.2. Limitações do Estudo

A revisão da literatura embora seja bastante exaustiva, assenta em bibliografia que abrange um leque vasto de estudos, no que respeita à divulgação da informação, sendo que muitos não se aplicam especificamente à divulgação de informação na *internet*. Outra limitação foi o facto de não haver estudos sobre divulgação de informação para as Misericórdias, uma vez que esta tipologia de OSFL não se encontra em qualquer país.

Durante o processo de recolha dos dados nos *sites* institucionais deparámo-nos com as seguintes limitações:

- A Existência de alguns *sites* em atualização e com vírus informáticos;
- O tempo de abertura de cada item do *site* tornava, por vezes, o processo demorado;
- A má organização dos *sites* - existiam *sites* com informação dispersa e mal agrupada;
- A informação não era estanque, por vezes acrescentavam, alteravam ou retiravam informação dos *sites*;
- O número elevado de itens tornou o processo mais moroso e complexo.

Apesar de termos obtido uma amostra razoável, para o exercício de testes estatísticos, consideramos que poderia ter sido interessante analisar outras hipóteses de estudo e utilizar o modelo da regressão linear para todos os índices de divulgação.

6.3. Linhas Futuras de Investigação

No que diz respeito a futuras linhas de investigação, um projeto ambicioso será então abordar outros fatores que são passíveis de influenciarem a divulgação de informação financeira e de *performance* na *Internet* por parte dos Misericórdias, que são indicados noutros estudos, como sejam a localização, a tipologia de atividades exercidas, o grau de endividamento e de rendibilidade e o grau de qualificação dos recursos humanos e de *governance*.

Poderá, também ser um contributo útil aplicar o índice de divulgação para vários anos, num estudo longitudinal, ao invés de um único ano, de forma a verificar se as práticas de divulgação das Misericórdias variam ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmed, A. (2012). *Disclosure of Financial Reporting and Firm Structure as a Determinant : A Study on the Listed Companies of DSE*, 6(1). Obtido de <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=6&sid=5a895111-9129-4e65-b4f5-b0309d419310%40sessionmgr4007&hid=4104>
- Ainul, W., Wan, A., Razali, M., Arshad, R., & Omar, N. (2013). Exploring Risk Management Disclosure Practices In Non Profit Organisations In Malaysia, *Journal of Energy Technologies and Policy* 3(11), 446–456.
- Almeida, V. (2010). *Governança, Instituições E Terceiro Sector - As Instituições Particulares De Solidariedade Social*. (Dissertação de Doutoramento na área científica de Economia - Programa de Doutoramento em Governança, Conhecimento e Inovação). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13315/1/Tese%20Vasco%20Almeida.pdf>
- Andrade, A. M., & Franco, R. C. (2007). *Economia Do Conhecimento E Organizações Sem Fins Lucrativos*. Obtido de http://www.spi.pt/colecao_economiadoconhecimento/documentos/manuais_PDF/Manual_VIII.pdf
- Angonese, R., Grzybovski, D., & Mozzato, A. R. (2014). *Determinantes Do Nível De Evidenciação De Informações Voluntárias : Determinants Of The Level Of Voluntary Disclosure Information : Study In Companies With Shares Traded In A Brazilian Stock Exchange*. Obtido de www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/download/1279/1179%0A
- Arshad, R., Bakar, N. A., Sakri, F. H., & Omar, N. (2012). Organizational characteristics and disclosure practices of non-profit organizations in Malaysia. *Asian Social Science*, 9(1), 209–217.
- Atan, R., Zainon, S., Nam, R. Y. T., & Aliman, S. (2012). Analyzing Disclosure Practice of Religious Nonprofit Organizations using Partial Disclosure Index. *World Academy of Science, Engineering and Technology*, 6(8), 1163–1169.
- Atan, R., Zainon, S., & Wah, Y. B. (2012). The extent of charitable organisations' disclosures of information and its relationship with donations. *Malaysian Accounting Review*, 11(2), 15–39.

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 do Ministério das Finanças.

Diário da República: II Série, n.º 146/2015.

Azli, M. N., Khan, A., Ismail, A., & Zakuan, N. (2013). Benefits of internet financial reporting in a developing countries: Evidence from Malaysia. *African Journal of Business Management*, 7(9), 719–726.

Bakar, N., Arshad, R., Azman, N., & Omar, N. (2013). Organisational characteristics and accountability in protecting risk exposures in non-profit organisations. *Journal of Energy Technologies and Policy*, 3(11), 479–488.

Basuony, M.A. K., & Mohamed, E. K. a. (2014). Determinants of Internet Financial Disclosure in GCC Countries. *Asian Journal of Finance & Accounting*, 6(1), 70.

Behn, B. K., Devries, D. D., & Lin, J. (2010). The determinants of transparency in nonprofit organizations: An exploratory study. Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2009.12.001>

Bennett, J. T., & DiLorenzo, T. J. (1994). *Unhealthy charities: hazardous to your health and wealth*. BasicBooks. Obtido de <https://books.google.pt/books?id=8vK6AAAAIAAJ>

Berelson, B. (1952). *Content Analysis in Communication Research*. Obtido de http://pubman.mpg.de/pubman/item/escidoc:2281462/component/escidoc:2283003/Berelson_1952_content_analysis.pdf

Campos, J. L. M., & Ávila, R. C. (1995). *The Social Economy In The European Union*. *Oecd* (Vol. 49). Report drawn up for the European Economic and Social Committee by the International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy (CIRIEC)<https://doi.org/10.1787/9789264039889-en>

Carvalho, A., Rodrigues, L. L., & Branco, M. (2017). *Factors Influencing Voluntary Disclosure in the Annual Reports of Portuguese Foundations*. *Voluntas*. <https://doi.org/10.1007/s11266-017-9883-8>

Carvalho, A. O. (2016). *Transparência na Prestação de Contas das Fundações: abordagem teórica e empírica* (Tese de Doutoramento em Gestão. Especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão) Universidade do Porto. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/84286/2/137345.pdf>

Christensen, R. A., & Ebrahim, A. (2006). How does accountability affect mission? The case of a nonprofit serving immigrants and refugees. *Nonprofit Management and Leadership*,

17(2), 195–209.

Constituição da República Portuguesa. Sétima Revisão Constitucional – 2005.

Diário da República, n.º 155 – I Série - A, de 12 de agosto de 2005.

Dagilienė, L. (2014). *Impact of Normative Institutional Factors on Sustainability Reporting*.

Obtido de <http://waset.org/publications/9998411/impact-of-normative-institutional-factors-on-sustainability-reporting>

Dâmaso, G., & Lourenço, I. C. (2011). "Internet Financial Reporting: Environmental Impact Companies and other Determinants". *Presented in 8th International Conference on Enterprise Systems, Accounting and Logistics (8th ICESAL 2011) 11-12 July 2011, Thassos Island, Greece*

Decreto-Lei n.º 618/75 de 11 de novembro de 1975 do Ministério dos Assuntos Sociais.

Diário do Governo: I Série, n.º 261/1975.

Decreto-Lei n.º 460/77 de 7 de novembro de 1977 da Presidência do Conselho de Ministros.

Diário da República: I Série, n.º 257.

Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro de 1983 do Ministério dos Assuntos Sociais.

Diário da República: I Série, n.º 46.

Decreto – Lei n.º 151/99 de 14 de setembro de 1999 da Assembleia da República.

Diário da República: I Série - A, n.º 215/1999.

Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/151/1999/09/14/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 3 de setembro de 2011 do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Diário da República: I Série, n.º 48/2011.

Disponível em <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/36-a/2011/03/09/p/dre/pt/html>.

Decreto-lei 64/2013 de 13 de maio de 2013 do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

Diário da República: I Série, n.º 91/2013.

Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro de 2014 do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Diário da República: I Série, n.º 221/201.

Disponível em <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/172-a/2014/11/14/p/dre/pt/html>.

Decreto-Lei n.º 98/2015 de 6 de fevereiro de 2015 do Ministério das Finanças.

Diário da República: I Série, n.º 106/2015, Páginas 3470 - 3493.

Disponível em <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/98/2015/06/02/p/dre/pt/html>.

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147. <https://doi.org/10.2307/2095101>

Dunn, P. (2010). *Leading By Example: Corporate Governance at Socially Responsible Mutual Funds*. Obtido de https://brocku.ca/webfm_send/6688

Ebrahim, A., & Kasturi Rangan, V. (2014). *What Impact? A Framework for Measuring the Scale and Scope of Social Performance*. *California Management Review* (Vol. 56).

Elijido-Ten, E. (2007). Applying stakeholder theory to analyze corporate environmental performance: Evidence from Australian listed companies. *Asian Review of Accounting* (Vol. 15).

Foster, G. (1986). *Financial statement analysis*. Prentice-Hall.

Freeman, R. E. (1984). *Strategic management : A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman.

Freeman, R., & Macvea, J. (2005). A Stakeholder Approach to Strategic Management. *Blackwell Handbook of Strategic Management*, (January), 189–207.

Gandía, J. L. (2011). Internet Disclosure by Nonprofit Organizations: Empirical Evidence of Nongovernmental Organizations for Development in Spain. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40(1), 57–78.

Gandía, J. L. (2003). Intangibles Disclosure Information on Internet by Multinational Corporations. *The International Journal of Digital Accounting Research*, 3(5), 61–99.

Gordon, T., Fischer, M., Malone, D., & Tower, G. (2002). A comparative empirical examination of extent of disclosure by private and public colleges and universities in the United States. *Journal of Accounting and Public Policy* (Vol. 21).

Gray, D. E. (2014). *Financial Reporting on the Internet – Instant, Economical, Global Communication*. *Sage Publication*, 2(1), 45.

- Hambrick, D. C., & Finkelstein, S. (1987). Managerial discretion: A bridge between polar views of organizational outcomes. *Research in Organizational Behavior* (Vol. 9).
- Instituto da Segurança Social, I.P (2015). *Guia prático - Orçamento e Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social*, (N42 – v1.14). Lisboa: Segurança Social.
- Instituto da Segurança Social, I.P (2014). *Guia Prático da constituição das IPSS*, (9002 – v4.02). Lisboa: Segurança Social.
- Júnior, J. A., Júnior, J. F. A., Oliveira, M. C., Ponte, V. M. R., & Ribeiro, M. de S. (2014). Social Disclosure Of Brazilian And Uk Firms In Light Of Stakeholder Theory, Legitimacy Theory And Voluntary Disclosure Theory. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 7(2), 175–200.
- Keating, E. K., & Frumkin, P. (2003). Reengineering Nonprofit Financial Accountability: Toward a More Reliable Foundation for Regulation. *Public Administration Review*, 63(1), 3–15.
- Lee, M. (2004). Public reporting: A neglected aspect of nonprofit accountability. *Nonprofit Management and Leadership*, 15(2), 169–185.
- Lee, R. L., & Joseph, R. C. (2013). An examination of web disclosure and organizational transparency. *Computers in Human Behavior*, 29(6), 2218–2224.
- Lei n.º 2120 de 19 de julho de 1963 da Presidência da República.
- Diário do Governo: I Série, n.º 169/1963.
- Lei n.º 30/2013 de 8 de maio de 2013 da Assembleia da República.
- Diário da República: I Série, n.º 88/2013.
- Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/23/2013/03/05/p/dre/pt/html>.
- Lightstone, K., & Driscoll, C. (2008). Disclosing Elements Of Disclosure: A Test Of Legitimacy Theory And Company Ethics. *Canadian Journal of Administrative Sciences / Revue Canadienne des Sciences de l'Administration*, 25(1), 7–21.
- Ling Wei, T., Davey, H., & Coy, D. (2008). A disclosure index to measure the quality of annual reporting by museums in New Zealand and the UK. *Journal of Applied Accounting Research* (Vol. 9).
- Luoma, P., & Goodstein, J. (1999). Research Notes. Stakeholders And Corporate Boards: Institutional Influences On Board Composition And Structure. *Academy of Management Journal*, 42(5), 553–563.

- Maroco, João (2007). *Análise estatística – Com utilização do SPSS, 3ª Edição – 2ª Impressão*, Edições Sílabo, Lisboa.
- Mitchell, R. K., Agle, B. R., & Wood, D. J. (1997). Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience: Defining the Principle of Who and What Really Counts. *The Academy of Management Review*, 22(4), 853–886.
- Morais, C. (2005). *Escala de medida, estatística descritiva e inferência estatística*. Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação. Obtido de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/7325?mode=full>
- Pestana, M.H, & Gageiro, J.N (2003). *Análise de Dados para as Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS, 3ª Edição – Revista e Aumentada*, Edições Sílabo, Lisboa.
- Pires, W. C. (2012). *Os Determinantes Da Divulgação Da Informação Financeira Na Internet (Evidência Empírica Nos Municípios Portugueses)*. Obtido de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/8482>
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho de 2015 do Ministério das Finanças.
- Diário da República: I Série, n.º 142/2015.
- Disponível em <http://data.dre.pt/eli/port/218/2015/07/23/p/dre/pt/html>
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho de 2015 do Ministério das Finanças.
- Diário da República: I Série, n.º 143/2015.
- Disponível em <http://data.dre.pt/eli/port/220/2015/07/24/p/dre/pt/html>
- Saxton, G. D., & Guo, C. (2009). Accountability online: Understanding the Web-based accountability practices of nonprofit organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40(2), 270–295.
- Saxton, G. D., Kuo, J.-S., & Ho, Y.-C. (2011). *The Determinants of Voluntary Financial Disclosure by Nonprofit Organizations*. Obtido de <http://ssrn.com/abstract=2069655>
- Saxton, G. D., Neely, D. G., & Guo, C. (2014). Web disclosure and the market for charitable contributions. *Journal of Accounting and Public Policy* (Vol. 33). Elsevier Inc.
- Trabelsi, S., Labelle, R., & Dumontier, P. (2008). Incremental Voluntary Disclosure on Corporate Websites, Determinants and Consequences. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 4(2), 120–155.
- Travaglini, C. (2008). Improving NPOs ' accountability in the enlarged EU : towards a common

- framework for financial reporting in European NPOs. *Social Science Research Network*, 1–12.
- Tremblay-Boire, J., & Prakash, A. (2014). Accountability.org: Online Disclosures by U.S. Nonprofits. *Voluntas*, 26(2), 693–719.
- Trussel, J. M., & Parsons, L. M. (2007). Financial Reporting Factors Affecting Donations to Charitable Organizations. *Advances in Accounting*, 23(7), 263–285.
- Umoren, A. O., & Asogwa, I. E. (2013). Internet Financial Reporting and Company Characteristics: a Case of Quoted Companies in Nigeria. *Research Journal of Finance and Accounting*, 4(12), 2222–2847.
- Urquiza, F. B., Navarro, M. C. A., Trombetta, M., & Lara, J. M. G. (2010). Disclosure theories and disclosure measures. *Spanish Journal of Finance and Accounting / Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 39(147), 393–420.
- Van Der Laan, S. (2009). The Role of Theory in Explaining Motivation for Corporate Social Disclosures: Voluntary Disclosures vs «Solicited» Disclosures. *Finance Journal*, 3(4).
- Vera, T. P., & Morillo, J. P. (2007). La complejidad del análisis documental. *Información, Cultura y Sociedad*, 16(16), 55–81.
- Verbruggen, S., Christiaens, J., & Milis, K. (2011). Can Resource Dependence and Coercive Isomorphism Explain Nonprofit Organizations' Compliance With Reporting Standards? *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40(1), 5–32.
- Wieczynski, M. M. (2003). O Significado Da Ocupação Pós-Aposentadoria Nas Organizações Sociais : Uma Questão Em Debate. Obtido de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/85688/194192.pdf;jsessionid=428D0D82AE5705FA93F385D0DE68B377?sequence=1>
- Whittaker, L. (2013). *Disclosure of Performance Measures in the Annual Reports of Non-profit Organizations*. Obtido de <http://accounting.uwaterloo.ca/seminars/Whittaker.pdf>
- Yetman, R. J., & Yetman, M. (2011). The Effects of Governance on the Accuracy of Charitable Expenses Reported by Nonprofit Organizations. *Contemporary Accounting Research* (Vol. 29).
- Zainon, S., Atan, R., & Wah, Y. B. (2012). Applying Stakeholder Approach in Developing Charity Disclosure Index. *Archives Des Sciences*, 65(5), 204–229.
- Zucker, L. G. (1987). Institutional Theories of Organization. *Annual Review of Sociology*, 13(1),

443–464.

Zunker, T. (2011). *Determinants of the Voluntary Disclosure of Employee Information in Annual Reports: An Application of Stakeholder Theory*. Obtido de <http://epublications.bond.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1091&context=theses>

SITES CONSULTADOS

<http://www.seg-social.pt/ipss>, [consultado em 04/12/2016].

http://www.ump.pt/files/files/AF_ONLINE_v2.pdf, [consultado em 11/12/2016].

<http://misericordiamogadouro.com/historia-das-misericordias/>, [consultado em 11/12/2016].

[http://www.cases.pt/wp-](http://www.cases.pt/wp-content/uploads/2016/12/Destaque_Conta_Satelite_da_Economia_Social.pdf)

[content/uploads/2016/12/Destaque_Conta_Satelite_da_Economia_Social.pdf](http://www.cases.pt/wp-content/uploads/2016/12/Destaque_Conta_Satelite_da_Economia_Social.pdf), [consultado em 27/12/2016].

APÊNDICES

Apêndice I – IDT e Autores de Referência

ÍTEMS DE DIVULGAÇÃO	AUTORES DE REFERÊNCIA
1. Nome da Instituição;	(Zainon, Atan & Wah, 2012)
2. Data de Constituição/ Registo;	(Zainon, Atan & Wah, 2012; Saxton & Guo, 2009)
3. Informação sobre a localização da Instituição;	(Zainon, Atan & Wah, 2012)
4. Mensagem da Direção;	(Zainon, Atan & Wah, 2012)
5. Informação sobre as atividades/ Serviços/ Programas;	(Gandia, 2011; Zainon, Atan & Wah, 2012; Travaglini, 2008; Tremblay-Boire & Prakash, 2014)
6. Indica de forma inequívoca, quem são os beneficiários das suas operações;	(Gandia, 2011)
7. A missão da organização está claramente definida;	(Saxton, Neely & Guo, 2014; Gandia, 2011; Zainon, Atan & Wah, 2012 ; Tremblay-Boire & Prakash, 2014; Whittaker, 2013; Lee & Joseph, 2013; Travaglini, 2008; Saxton & Guo, 2009)
8. A visão da organização está claramente definida;	(Gandia, 2011; Whittaker, 2013)
9. Os valores são enunciados e a interpretação que a instituição faz deles é definida;	(Gandia, 2011; Zainon, Atan & Wah, 2012)
10. Os objetivos da organização são claros, precisos, e capazes de ser avaliados;	(Gandia, 2011; Zainon, Atan & Wah, 2012; Travaglini, 2008)
11. É apresentado o calendário de eventos;	(Gandia, 2011; Zainon, Atan & Wah, 2012)
12. São publicados boletins periódicos de informação sobre as atividades da instituição;	(Gandia, 2011)
13. É efetuada a divulgação de fotografias das atividades realizadas pela organização;	(Gandia, 2011);
14. É efetuada a divulgação de vídeos das atividades realizadas pela organização;	(Gandia, 2011);
15. Informações sobre os processos de qualidade implementados pela organização;	(Gandia, 2011)
16. Existem fóruns abertos disponíveis para o envio de sugestões, críticas ou comentários sobre o trabalho realizado pela instituição.	(Gandia, 2011)
17.Existem <i>links</i> de ligações úteis;	(Gandia, 2011)
18. Informações sobre o número total de pessoas contratadas;	(Gandia, 2011; Keating & Frunkin, 2003; Whittaker, 2013)

19. São publicadas ofertas de trabalho para funcionários remunerados;	(Gandia, 2011);
20. Informações sobre o número total de voluntários;	(Gandia, 2011; Whittaker, 2013)
21. Promove o recrutamento de voluntários;	(Gandia, 2011);
22. Informações sobre o enquadramento legal e tipo de contratos de trabalho do pessoal;	(Gandia, 2011)
23. Informações sobre os cursos de formação desenvolvidos pelo pessoal da organização;	(Gandia, 2011; Zainon, Atan & Wah, 2012; Tremblay-Boire & Prakash, 2014)
24. Apresenta nomes e um breve histórico dos membros dos órgãos de gestão;	(Gandia, 2011; Tremblay-Boire & Prakash, 2014; Whittaker, 2013; Lee & Joseph, 2013; Zainon, Atan & Wah, 2012)
25. Informa sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de gestão e estabelece quem e por que motivos podem receber remuneração;	(Gandia, 2011)
26. Informação sobre o orçamento e planos de atividade;	(Gandia, 2011; Zainon, Atan & Wah, 2012; Travaglini, 2008; Whittaker, 2013)
27. O Orçamento está distribuído por programas/serviços/valências;	(Gandia, 2011; Whittaker, 2013)
28. Informação sobre políticas de investimento e estratégia;	(Saxton & Guo, 2009)
29. São incluídos gráficos como apoio à apresentação de dados financeiros;	(Gandia, 2011)
30. Esclarece as regras e políticas contabilísticas adotadas.	(Gandia, 2011; Zainon, Atan & Wah, 2012; Verbruggen, Christiaens & Milis, 2011; Keating & Frunkin, 2003)
31. Balanço do ano fiscal atual;	Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho; Gandia, 2011; Travaglini, 2008)
32. Balanço de anos anteriores;	(Gandia, 2011; Verbruggen, Christiaens & Milis, 2011);
33. Demonstração de resultados por natureza do ano fiscal atual;	Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho; Gandia, 2011; Travaglini, 2008)
34. Demonstração de resultados por natureza de anos anteriores;	(Gandia, 2011)
35. Demonstração de resultados por funções do ano fiscal atual;	Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
36. Demonstração de resultados por funções de anos anteriores;	Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
37. Demonstração dos fluxos de caixa do ano fiscal atual;	Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho; Zainon, Atan & Wah, 2012; Travaglini, 2008)
38. Demonstração dos fluxos de caixa de anos anteriores;	Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

39. Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais do ano fiscal;	Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
40. Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais dos anos anteriores;	Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
41. Anexo às demonstrações financeiras do ano fiscal atual;	Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho; (Travaglini, 2008)
42. Anexo às demonstrações financeiras de anos anteriores;	
43. Relatório do Conselho Fiscal do ano fiscal atual;	(Zainon, Atan & Wah, 2012)
44. Relatório do Conselho Fiscal de anos anteriores;	
45. Relatório de auditoria do ano fiscal atual;	(Saxton, Neely & Guo, 2014; Gandia, 2011; Zainon, Atan & Wah, 2012; Travaglini, 2008; Verbruggen, Christiaens & Milis, 2011; Lee & Joseph, 2013)
46. Relatório de auditoria de anos anteriores;	(Gandia, 2011)

Apêndice II - Estatística Descritiva dos Itens que compõem o DI

	N	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio Padrão	Variância
1_Nome_Instituição	287	0	1	276	,96	,192	,037
2_Data_Registo_Constituição	287	0	1	209	,73	,446	,199
3_Localização	287	0	1	268	,93	,249	,062
4_Mensagem_Direção	287	0	1	124	,43	,496	,246
5_Informação_sobre_atividades	287	0	1	265	,92	,267	,071
6_Indica_beneficiários	287	0	1	96	,33	,473	,223
7_Missão	287	0	1	138	,48	,501	,251
8_Visão	287	0	1	104	,36	,482	,232
9_Valores	287	0	1	114	,40	,490	,240
10_Objetivos	287	0	1	26	,09	,288	,083
11_Calendário_eventos	287	0	1	39	,14	,343	,118
12_Boletins_periódicos	287	0	1	85	,30	,457	,209
13_Fotografias_atividades	287	0	1	99	,34	,476	,227
14_Videos_atividades	287	0	1	18	,06	,243	,059
15_Processos_qualidade_implementados	287	0	1	30	,10	,306	,094
16_Fóruns_envio_sugestões	287	0	1	135	,47	,500	,250
17_Links_ligações_úteis	287	0	1	61	,21	,410	,168
18_Número_pessoas_contratadas	287	0	1	140	,49	,501	,251
19_Publica_Ofertas_trabalho_funcionários	287	0	1	26	,09	,288	,083
20_Número_voluntários	287	0	1	24	,08	,277	,077
21_Promove_recrutamento_voluntários	287	0	1	53	,18	,389	,151
22_Informações_enquadramento_legal_tipo_contratos	287	0	1	14	,05	,216	,047
23_Cursos_formação_desenvolvidos	287	0	1	37	,13	,336	,113

24_Nomes_histórico_membros_órgãos_gestão	287	0	1	5	,02	,131	,017
25_Política_remuneração_membros_órgãos_ges tão	287	0	1	58	,20	,402	,162
26_Orçamento_planos_atividade	287	0	1	96	,33	,473	,223
27_Orçamento_distribuído_programas_serviços _valências	287	0	1	44	,15	,361	,130
28_Políticas_investimento_estratégia	287	0	1	36	,13	,332	,110
29_Gráficos_apoio_apresentação_dados_finance iros	287	0	1	56	,20	,397	,158
30_Esclarece_regras_políticas_contabilísticas_ad otadas	287	0	1	117	,41	,492	,242
31_Balanço_ano_fiscal_atual	287	0	1	135	,47	,500	,250
32_Balanço_anos_anteriores	287	0	1	187	,65	,477	,228
33_Demonstração_resultados_natureza_ano_fisc al_atual	287	0	1	138	,48	,501	,251
34_Demonstração_resultados_natureza_anos_a nteriores	287	0	1	190	,66	,474	,225
35_Demonstração_resultados_funções_ano_fisc al_atual	287	0	1	22	,08	,267	,071
36_Demonstração_resultados_funções_anos_an teriores	287	0	1	24	,08	,277	,077
37_Demonstração_fluxos_caixa_ano_fiscal_atual	287	0	1	103	,36	,481	,231
38_Demonstração_fluxos_caixa_anos_anteriores	287	0	1	130	,45	,499	,249
39_Demonstração_alterações_fundos_patrimoni ais_ano_fiscal_atual	287	0	1	59	,21	,405	,164
40_Demonstração_alterações_fundos_patrimoni ais_anos_anteriores	287	0	1	67	,23	,424	,180
41_Anexo_demonstrações_financeiras_ano_fisc al_atual	287	0	1	101	,35	,478	,229
42_Anexo_demonstrações_financeiras_anos_ant eriores	287	0	1	95	,33	,471	,222
43_Relatório_Conselho_Fiscal_ano_fiscal_atual	287	0	1	67	,23	,424	,180
44_Relatório_Conselho_Fiscal_anos_anteriores	287	0	1	69	,24	,428	,183
45_Relatório_auditoria_ano_fiscal_atual	287	0	1	58	,20	,402	,162
46_Relatório_auditoria_anos_anteriores	287	0	1	54	,19	,392	,153
N Válido (de lista)	287						

Apêndice III – Tabelas de Frequência dos Itens que compõem o DI

1_Nome_Instituição

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	11	3,8	3,8	3,8
Divulga	276	96,2	96,2	100,0
Total	287	100,0	100,0	

2_Data_Registo_Constituição

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	78	27,2	27,2	27,2
Divulga	209	72,8	72,8	100,0
Total	287	100,0	100,0	

3_Localização

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	19	6,6	6,6	6,6
Divulga	268	93,4	93,4	100,0
Total	287	100,0	100,0	

4_Mensagem_Direção

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	163	56,8	56,8	56,8
Divulga	124	43,2	43,2	100,0
Total	287	100,0	100,0	

5_Informação_sobre_atividades

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	22	7,7	7,7	7,7
Divulga	265	92,3	92,3	100,0
Total	287	100,0	100,0	

6_Indica_beneficiários

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	191	66,6	66,6	66,6
Divulga	96	33,4	33,4	100,0
Total	287	100,0	100,0	

7_Missão

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	149	51,9	51,9	51,9
Divulga	138	48,1	48,1	100,0
Total	287	100,0	100,0	

8_Visão

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	183	63,8	63,8	63,8
Divulga	104	36,2	36,2	100,0
Total	287	100,0	100,0	

9_Valores

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	173	60,3	60,3	60,3
Divulga	114	39,7	39,7	100,0
Total	287	100,0	100,0	

10_Objetivos

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	261	90,9	90,9	90,9
Divulga	26	9,1	9,1	100,0
Total	287	100,0	100,0	

11_Calendário_eventos

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	248	86,4	86,4	86,4
Divulga	39	13,6	13,6	100,0
Total	287	100,0	100,0	

12_Boletins_periódicos

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	202	70,4	70,4	70,4
Divulga	85	29,6	29,6	100,0
Total	287	100,0	100,0	

13_Fotografias_atividades

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	188	65,5	65,5	65,5
Divulga	99	34,5	34,5	100,0
Total	287	100,0	100,0	

14_Videos_atividades

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	269	93,7	93,7	93,7
Divulga	18	6,3	6,3	100,0
Total	287	100,0	100,0	

15_Processos_qualidade_implementados

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	257	89,5	89,5	89,5
Divulga	30	10,5	10,5	100,0
Total	287	100,0	100,0	

16_Fóruns_envio_sugestões

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	152	53,0	53,0	53,0
Divulga	135	47,0	47,0	100,0
Total	287	100,0	100,0	

17_Links_ligacões_úteis

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	226	78,7	78,7	78,7
Divulga	61	21,3	21,3	100,0
Total	287	100,0	100,0	

18_Número_pessoas_contratadas

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	147	51,2	51,2	51,2
Divulga	140	48,8	48,8	100,0
Total	287	100,0	100,0	

19_Publica_Ofertas_trabalho_funcionários

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	261	90,9	90,9	90,9
Divulga	26	9,1	9,1	100,0
Total	287	100,0	100,0	

20_Número_voluntários

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	263	91,6	91,6	91,6
Divulga	24	8,4	8,4	100,0
Total	287	100,0	100,0	

21_Promove_recrutamento_voluntários

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	234	81,5	81,5	81,5
Divulga	53	18,5	18,5	100,0
Total	287	100,0	100,0	

22_Informações_enquadramento_legal_tipo_contratos

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	273	95,1	95,1	95,1
Divulga	14	4,9	4,9	100,0
Total	287	100,0	100,0	

23_Cursos_formação_desenvolvidos

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	250	87,1	87,1	87,1
Divulga	37	12,9	12,9	100,0
Total	287	100,0	100,0	

24_Nomes_histórico_membros_órgãos_gestão

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	282	98,3	98,3	98,3
Divulga	5	1,7	1,7	100,0
Total	287	100,0	100,0	

25_Política_remuneração_membros_órgãos_gestão

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	229	79,8	79,8	79,8
Divulga	58	20,2	20,2	100,0
Total	287	100,0	100,0	

26_Orçamento_planos_atividade

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	191	66,6	66,6	66,6
Divulga	96	33,4	33,4	100,0
Total	287	100,0	100,0	

27_Orçamento_distribuído_programas_serviços_valências

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	243	84,7	84,7	84,7
Divulga	44	15,3	15,3	100,0
Total	287	100,0	100,0	

28_Políticas_investimento_estratégia

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	251	87,5	87,5	87,5
Divulga	36	12,5	12,5	100,0
Total	287	100,0	100,0	

29_Gráficos_apoio_apresentação_dados_financeiros

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	231	80,5	80,5	80,5
Divulga	56	19,5	19,5	100,0
Total	287	100,0	100,0	

30_Esclarece_regras_políticas_contabilísticas_adotadas

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	170	59,2	59,2	59,2
Divulga	117	40,8	40,8	100,0
Total	287	100,0	100,0	

31_Balanço_ano_fiscal_atual

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	152	53,0	53,0	53,0
Divulga	135	47,0	47,0	100,0
Total	287	100,0	100,0	

32_Balanço_anos_anteriores

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	100	34,8	34,8	34,8
Divulga	187	65,2	65,2	100,0
Total	287	100,0	100,0	

33_Demonstração_resultados_natureza_ano_fiscal_atual

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	149	51,9	51,9	51,9
Divulga	138	48,1	48,1	100,0
Total	287	100,0	100,0	

34_Demonstração_resultados_natureza_anos_anteriores

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	97	33,8	33,8	33,8
Divulga	190	66,2	66,2	100,0
Total	287	100,0	100,0	

35_Demonstração_resultados_funções_ano_fiscal_atual

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	265	92,3	92,3	92,3
Divulga	22	7,7	7,7	100,0
Total	287	100,0	100,0	

36_Demonstração_resultados_funções_anos_anteriores

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	263	91,6	91,6	91,6
Divulga	24	8,4	8,4	100,0
Total	287	100,0	100,0	

37_Demonstração_fluxos_caixa_ano_fiscal_atual

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	184	64,1	64,1	64,1
Divulga	103	35,9	35,9	100,0
Total	287	100,0	100,0	

38_Demonstração_fluxos_caixa_anos_anteriores

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	157	54,7	54,7	54,7
Divulga	130	45,3	45,3	100,0
Total	287	100,0	100,0	

39_Demonstração_alterações_fundos_patrimoniais_ano_fiscal_atual

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	228	79,4	79,4	79,4
Divulga	59	20,6	20,6	100,0
Total	287	100,0	100,0	

40_Demonstração_alterações_fundos_patrimoniais_anos_anteriores

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	220	76,7	76,7	76,7
Divulga	67	23,3	23,3	100,0
Total	287	100,0	100,0	

41_Anexo_demonstrações_financeiras_ano_fiscal_atual

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	186	64,8	64,8	64,8
Divulga	101	35,2	35,2	100,0
Total	287	100,0	100,0	

42_Anexo_demonstrações_financeiras_anos_anteriores

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	192	66,9	66,9	66,9
Divulga	95	33,1	33,1	100,0
Total	287	100,0	100,0	

43_Relatório_Conselho_Fiscal_ano_fiscal_atual

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	220	76,7	76,7	76,7
Divulga	67	23,3	23,3	100,0
Total	287	100,0	100,0	

44_Relatório_Conselho_Fiscal_anos_anteriores

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	218	76,0	76,0	76,0
Divulga	69	24,0	24,0	100,0
Total	287	100,0	100,0	

45_Relatório_auditoria_ano_fiscal_atual

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	229	79,8	79,8	79,8
Divulga	58	20,2	20,2	100,0
Total	287	100,0	100,0	

46_Relatório_auditoria_anos_anteriores

	Frequência	%	% Válida	% Acumulativa
Não divulga	233	81,2	81,2	81,2
Divulga	54	18,8	18,8	100,0
Total	287	100,0	100,0	

Apêndice IV - Correlações de *Pearson* entre as variáveis

		Dimensão	Idade	IDO	IDRH	IDG	IDDF	IDCA	IDT
Dimensão	Correlação de <i>Pearson</i>	1	,138	,182 [*]	,118	,184 [*]	,174 [*]	,117	,233 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)		,115	,021	,137	,020	,027	,139	,003
Idade	Correlação de <i>Pearson</i>	,138	1	,121	-,008	-,020	-,005	,020	,031
	Sig. (2 extremidades)	,115		,082	,909	,779	,939	,769	,661
IDO	Correlação de <i>Pearson</i>	,182 [*]	,121	1	,446 ^{**}	,344 ^{**}	,362 ^{**}	,350 ^{**}	,690 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,021	,082		,000	,000	,000	,000	,000
IDRH	Correlação de <i>Pearson</i>	,118	-,008	,446 ^{**}	1	,446 ^{**}	,646 ^{**}	,623 ^{**}	,765 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,137	,909	,000		,000	,000	,000	,000
IDG	Correlação de <i>Pearson</i>	,184 [*]	-,020	,344 ^{**}	,446 ^{**}	1	,584 ^{**}	,550 ^{**}	,673 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,020	,779	,000	,000		,000	,000	,000
IDDF	Correlação de <i>Pearson</i>	,174 [*]	-,005	,362 ^{**}	,646 ^{**}	,584 ^{**}	1	,951 ^{**}	,907 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,027	,939	,000	,000	,000		,000	,000
IDCA	Correlação de <i>Pearson</i>	,117	,020	,350 ^{**}	,623 ^{**}	,550 ^{**}	,951 ^{**}	1	,866 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,139	,769	,000	,000	,000	,000		,000
IDT	Correlação de <i>Pearson</i>	,233 ^{**}	,031	,690 ^{**}	,765 ^{**}	,673 ^{**}	,907 ^{**}	,866 ^{**}	1
	Sig. (2 extremidades)	,003	,661	,000	,000	,000	,000	,000	

Apêndice V - Teste "t " para a Variável Certificação de Contas

Certificação		N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	
IDO	Tem	72	,4918	,15806	,01863	
	Não tem	215	,4063	,18732	,01278	
IDRH	Tem	72	,2778	,18673	,02201	
	Não tem	215	,1145	,15201	,01037	
IDG	Tem	72	,3646	,33287	,03923	
	Não tem	215	,1477	,23306	,01589	
IDDF	Tem	72	,6601	,20549	,02422	
	Não tem	215	,2211	,25353	,01729	
IDCA	Tem	72	,7986	,24516	,02889	
	Não tem	215	,3436	,36817	,02511	
IDT	Tem	72	,5057	,14323	,01688	
	Não tem	215	,2646	,16352	,01115	

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		Teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
									Inferior	Superior
IDO	Variâncias iguais assumidas	1,946	,164	3,481	285	,001	,08554	,02457	,03717	,13391
	Variâncias iguais não assumidas			3,787	143,004	,000	,08554	,02259	,04089	,13019
IDRH	Variâncias iguais assumidas	4,571	,033	7,430	285	,000	,16324	,02197	,12000	,20649
	Variâncias iguais não assumidas			6,711	104,307	,000	,16324	,02433	,11500	,21148
IDG	Variâncias iguais assumidas	33,423	,000	6,092	285	,000	,21691	,03561	,14682	,28700
	Variâncias iguais não assumidas			5,125	95,371	,000	,21691	,04233	,13288	,30094
IDDF	Variâncias iguais assumidas	5,055	,025	13,300	285	,000	,43906	,03301	,37408	,50404
	Variâncias iguais não assumidas			14,755	148,993	,000	,43906	,02976	,38026	,49786
IDCA	Variâncias iguais assumidas	33,817	,000	9,780	285	,000	,45501	,04653	,36343	,54658
	Variâncias iguais não assumidas			11,887	183,933	,000	,45501	,03828	,37949	,53053
IDT	Variâncias iguais assumidas	1,788	,182	11,158	285	,000	,24113	,02161	,19859	,28366
	Variâncias iguais não assumidas			11,919	137,803	,000	,24113	,02023	,20112	,28113